

Maio de 1968 em Paris

testemunho de um estudante

MICHEL THIOLENT

À memória de Monique Calixte

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar informações sobre os acontecimentos de maio de 1968 na França e seus desdobramentos na vida universitária e intelectual. Os temas abordados são o contexto da crise universitária, as formas de contestação estudantil do ensino de ciências sociais e economia e as fontes intelectuais do movimento. Com base em documentos inéditos, são descritas diversas experiências de comunicação alternativa, de relacionamento entre estudantes e trabalhadores no decorrer dos acontecimentos, assim como uma tentativa de Universidade Popular no 13º distrito de Paris, de julho a outubro de 1968. São analisados alguns aspectos dos debates e da evolução das ciências sociais e da filosofia pós-68, período marcado pela crise do ideário socialista e pelo crescimento do individualismo.

UNITERMOS:
maio de 1968,
contestação,
movimento estudantil,
crise social,
universidade.

Introdução

Pediram-nos informações sobre os acontecimentos de 1968 na França, seu impacto sobre a vida universitária, em particular sobre a concepção do ensino e da pesquisa, sobre as tentativas de novos relacionamentos entre estudantes e classes trabalhadoras e sobre a emergência de novas formas de comunicação e de pensamento.

O objetivo do texto aqui apresentado consiste em descrever alguns aspectos do clima da época, certas conseqüências dos acontecimentos sobre a vida de uma geração, relatar uma modesta experiência de "Universidade Popular", indagar desdobramentos nas áreas de ciências sociais e filosofia, dos anos 70 em diante. Para reunir a informação necessária, precisamos consultar documentos,

Documento apresentado no evento *Encontros de maio*, Instituto da Escola Futura, Florianópolis-SC, de 25 a 27/05/1998.

Professor do COPPE da UFRJ

panfletos da época, e recorrer à própria memória. Já foram publicados centenas de livros e milhares de artigos sobre os acontecimentos de 1968. Entre os primeiros livros publicados, sempre são citados os de Lefebvre *et alii* (1968b), e Morin & Lefort & Coudray (1968). Limitamos o estudo em função das fontes e dos fatos que nos foram diretamente acessíveis e que são relacionados com situações e casos particulares a partir dos quais devemos evitar generalizações. Utilizamos também muitas informações hoje disponíveis na *web* da Internet. Ao lado do conjunto de informações reunidas, recordações de caráter bastante local e pessoal talvez possam esclarecer alguns dos caminhos percorridos desde então.

Na narração de acontecimentos passados, sobrepõem-se vários planos de descrição e de evocação que são relativos a fatos, de um lado, diretamente presenciados e, por outro, conhecidos por meio de informações e de interpretações de diferentes autores. Além da descrição, não se pode esconder avaliações subjetivas assumidas como tal. Nesse tipo de assunto, não se pode negar a subjetividade do testemunhador, nas circunstâncias que foram vividas por um então aluno de segundo ano de Ciências Sociais em Paris.

Em um movimento tão complexo como o de 1968, sempre é útil reavaliar a experiência imediata e cotejá-la com os desafios coletivos. É preciso esclarecer o sentido de uma experiência coletiva dos jovens e estudantes da época, que, também, é experiência individual. Pode-se explorar a relação que existe entre o plano coletivo e o individual; isso está de acordo com uma das diretrizes de pesquisa sociológica de Charles Wright Mills (1967), sociólogo americano crítico que era muito lido na década de 1960.

Nosso trabalho se limita a um tipo de depoimento espontâneo sobre aspectos da vida universitária. São acontecimentos que muita gente esqueceu, ou quis esquecer, porque põem em risco a manutenção do *establishment* acadêmico. Esses aspectos precisam ser restituídos, em particular no que diz respeito à contestação do ensino, à metodologia de pesquisa, à finalidade social de tipo progressista assumida na prática do conhecimento, às possibilidades de comunicação ativa promovidas por minorias engajadas. Várias dessas preocupações orientaram muitos ex-alunos que se tornaram professores nos anos 70 ou 80. Com o tempo, o espírito crítico também passou de moda. De fato, o tempo passou, os lugares, as pessoas e os contextos mudaram ou desapareceram. Tem-se o sentimento de ter vivido circunstâncias que nunca se repetirão, das quais, porém, brotaram idéias que iam ser desenvolvidas apenas a longo prazo.

Nesta momentânea volta ao passado, não se trata de expressar nostalgia, mas de procurar o sentido de ações, idéias em situações, hoje superadas, mas que contribuíram para a formação de certos pontos de vista, um modo de encarar as atividades universitárias e extra-universitárias, ou de observar e experimentar, especialmente no tocante à pesquisa social e a todas as formas de atuação que impliquem uma relação entre universitários e membros das classes trabalhadoras.

Com esse tipo de reflexão, talvez seja possível repensar alguns princípios de atuação no ensino e na pesquisa, especialmente em matéria de ciências sociais, economia, educação e comunicação e filosofia.

Contexto da crise universitária

As lutas que se manifestaram na universidade estão inseridas no contexto global da sociedade. Em alguns casos, são lutas corporativistas, em outras, são lutas de natureza ideológica relativas ao conteúdo do ensino, ao relacionamento professores/alunos etc. Em outros casos ainda, como em 1968, além de ideológicas, são lutas políticas globais: categorias universitárias, ao lado de outras camadas sociais, mobilizam-se em torno de objetivos políticos, tais como democratização, defesa das liberdades individuais ou coletivas, denúncia contra as guerras etc.

Em Paris, as lutas universitárias de 1968 ocorreram durante um período de tempo no qual interferiam vários outros eventos históricos. A oposição à guerra americana no Vietnã mobilizava a juventude tanto nos EUA quanto na Europa. Além disso, a revolta negro-americana, a luta armada na América Latina e na África, a Revolução Cultural na China (1966-1969) contribuíam para o clima de revolucionarização da juventude e do mundo universitário. A revolta estudantil espalhou-se na França com esse pano de fundo complexo e internacional, que dava exemplos heróicos de possíveis mudanças radicais.

Na França, após o movimento de oposição à guerra da Argélia e de apoio à descolonização no início da década, havia um período de “calma” relativa. A política do governo do regime gaulista, instalado em 1958, estava tendo um efeito de modernização industrial importante. Todavia, o desemprego começava a crescer (ainda que dez vezes menor que o de hoje, trinta anos mais tarde). Além disso, com o aumento do contingente de trabalhadores não qualificados, em particular trabalhadores imigrados (vindos da África e sul da Europa), nas linhas de montagem, revoltas espontâneas começavam a surgir, escapando ao controle sindical. Isso foi o início de uma crise profunda no processo de produção de tipo fordista que se alastrou a partir dos anos 60.

O sistema educacional e universitário não havia mudado durante várias décadas e entrou em crise. Começaram a ser encaminhados projetos de reformas, que foram contestados como propostas tecnocráticas pelos estudantes. A oposição à política gaullista em matéria de ensino superior ia crescendo. A ausência de perspectivas profissionais de um grande número de estudantes daquela geração de estudantes de nível superior contribuiu para fortalecer um sentimento “proletário”, presente em frases como “Vamos lutar camaradas, nada temos a perder!”. Tratava-se, basicamente, da geração do “baby boom” do imediato pós-guerra, que, apesar de seleção escolar muito rigorosa, chegava aos bancos da universidade em quantidade nunca vista. A velha universidade elitista não comportava tanta gente.

Desde 1967, a esquerda universitária organizava Comitês Vietnam de Base e diversos grupos lutavam entre si para tentar mobilizar os estudantes, ora em termos sindicais, ora em termos políticos (cf. Bensaïd & Weber, 1968). Entretanto, no primeiro trimestre de 1968, com exceção da Universidade de Paris-Nanterre, tudo parecia relativamente calmo nas universidades

francesas. Assistia-se a revoltas em outras partes do mundo. As lutas que ocorriam na Alemanha, nos EUA e na América Latina davam sinais que os estudantes eram capazes de se manifestar autonomamente.

Na Alemanha, a contestação estudantil foi organizada, principalmente, em Berlim pelo SDS (Sozialistischer Deutscher Studentbund), cujo líder Rudi Dutschke sofreu um atentado em 11 de abril de 1968. O movimento fazia uma crítica radical ao sistema educacional e apresentava propostas de universidade crítica. Vários grupos autogeridos discutiam importantes problemas como imperialismo e revoluções socialistas, linguagem política e falsa consciência, psicologia e sociedade (sexualidade e dominação, medicina desumana, crítica à psicologia acadêmica), ideologia das ciências exatas e da natureza, arquitetura e sociedade, teologia e política (cf. Bosc & Bouguereau, 1968, p. 63).

Nos EUA, as lutas estavam em desenvolvimento no contexto da rejeição à Guerra do Vietnã. A revolta estudantil no campus de Berkeley havia começado em 1964, com reivindicação de “liberdade de expressão” (cf. Capaldi, 1974; Hamon & Rotman, 1987, p. 368). Em várias universidades, era denunciado o recrutamento de estudantes em projetos de pesquisa encomendadas por fornecedores de material bélico. De modo geral, questionava-se o papel da universidade e a concepção fragmentária da pesquisa a serviço do complexo industrial-militar. O conteúdo do ensino de ciências sociais foi criticado de modo virulento e disso surgiram várias correntes radicais que substituíram o positivismo vigente por tendências que incluíam marxismo, fenomenologia, psicanálise e teoria crítica. A contestação universitária californiana serviu de exemplo aos franceses, mas é curioso que Marcuse não era lido antes dos acontecimentos, começou a lê-lo durante e depois.

As lutas de estudantes do Brasil contra a ditadura foram comentadas na França, no início de 1968. Os movimentos de estudantes no México tiveram grande impacto até a sangrenta repressão anterior ao início dos Jogos Olímpicos.

No meio dos estudantes franceses, havia forte influência de movimentos maoístas e trotskistas. Os primeiros popularizam os ideais da Revolução Cultural chinesa em curso, os segundos criticavam o “stalinismo” dos primeiros e dos partidos e sindicatos tradicionais (PCF e CGT).

No contexto da China, durante a Revolução Cultural as lutas da área universitária se concentravam em torno dos seguintes alvos: contra a propriedade privada dos conhecimentos, contra a busca de fama e interesse pessoal, contra a superioridade da teoria e o desprezo da prática, contra a pedagogia livresca, os exames de tipo “imperial” etc (cf. *La réforme du système d'enseignement en Chine*, 1969). A crítica permanente dessas disposições ideológicas dos professores eram consideradas como meio de revolucionarização da produção científica e como condição de consolidação do “poder vermelho” sobre a universidade. Grupos maoístas franceses foram bastante influenciados por essas idéias. Os “excessos” cometidos em nome da Revolução Cultural só foram conhecidos bem mais tarde.

Por sua vez, os trotskistas eram liderados por Krivine e outros dis-

sidentes da UEC (Union des Étudiants Communistes) que formaram a JCR (Jeunesse Communiste Révolutionnaire). Este grupo teve um papel importante na Universidade de Nanterre e nas manifestações.

No dia 22 de março, grupos de estudantes da Universidade de Nanterre, pela primeira vez, tiveram a ousadia de ocupar os locais da Administração. A partir dessa data, formou-se espontaneamente o Mouvement du 22 mars, de orientação próxima ao anarquismo, liderado por Daniel Cohn-Bendit. Vários livros descrevem a situação da Universidade de Nanterre (cf. Duteuil, 1988, Cohn-Bendit *et alii*, 1968).

A ação estudantil contra a repressão desencadeou-se inesperadamente. Pela primeira vez, a partir do dia 3 de maio, em Paris, nas manifestações não havia mais ordem de dispersão. O confronto com a polícia era inevitável. Os estudantes jogavam paralelepípedos arrancados das calçadas. Muitos carros foram incendiados, sobretudo pela polícia, para produzir efeito contrário na opinião pública. Os estudantes gritavam “CRS-SS!”, sempre denunciando o nazismo ou fascismo dos guardas armados de cassetetes e granadas lacrimogêneas. À margem dessa história, registra-se que o então prefeito da polícia de Paris era Maurice Papon. Estudantes o acusavam também de nazista. Tal acusação acabou se confirmando somente trinta anos mais tarde, em abril de 1998, quando aos 87 anos, ele foi condenado a dez anos de prisão por causa de sua colaboração com o nazismo e sua responsabilidade na deportação de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Houve um salto qualitativo a partir do dia 10 de maio, quando milhares de trabalhadores da classe operária e da classe média assalariada começaram a entrar em greve, muitas vezes, com ocupação dos locais de trabalho. Em poucos dias, chegaram a totalizar dez milhões de grevistas, com manifestações de rua de tamanho nunca visto no período pós-guerra.

A volta à ordem republicana só foi restabelecida a partir do final no mês de maio (ou início de junho) entre os trabalhadores e do final de junho entre os estudantes, por meio de um mecanismo eleitoral, de negociação trabalhista e de reforma universitária (cf. Schwartzman, 1981, p. 99-103).

O mecanismo eleitoral consistiu em um tipo de plebiscito, após a dissolução da Assembléia, com a organização de eleições que deram esmagadora vitória ao partido da “ordem”, o de De Gaulle.

Uma negociação tripartite (governo, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de empresários), chegou a acordos em 27 de maio, conhecidos como Accords de Grenelle. O resultado da negociação permitiu uma série de vantagens para os trabalhadores, tais como elevação do salário mínimo, reconhecimento das seções sindicais nas empresas com proteção dos delegados, liberdade de expressão na empresa, diminuição da jornada de trabalho e outras (cf. *Documentation française*, 1970, p. 46). Nos dias seguintes, entretanto, a ordem de retomada do trabalho não foi obedecida em muitas empresas. Considerando insuficientes as concessões do patronato e do governo, o movimento grevista continuou ainda durante alguns dias. O trabalho só foi retomado em junho.

A partir de 1968, o regime gaulista instaurou progressivamente um

sistema de participação que incluía a negociação tripartite sobre as questões salariais, com acordos coletivos por setores industriais, e uma participação dos trabalhadores na repartição dos lucros das grandes empresas, as de tipo “sociedade anônima”. Alguns sindicatos e grupos políticos criticavam essa política como sendo uma tentativa de instaurar a colaboração de classes ou um sistema corporativista.

Por sua vez, a reforma universitária, chamada Réforme Edgar Faure, depois do imediato pós-maio 68, modificou o sistema de disciplinas e a organização das universidades. Até então “*as grandes disciplinas (ciências, direito, medicina, farmácia, letras etc.) eram ensinadas em faculdades separadas. Com a reforma, as universidades pluridisciplinares foram criadas para favorecer as evoluções científicas que acontecem nas fronteiras das disciplinas*” (*Études*, s.d.). Além disso, foi introduzido o sistema de UV (unidades de valores), conhecido no Brasil como sistema de créditos. Esse sistema permite gerenciar um grande leque de disciplinas optativas, o que permite reduzir a contestação. Outra medida do Governo foi a criação de novas universidades, como a de Vincennes nos arredores de Paris, onde se reuniu parte da nova esquerda intelectual. Mais tarde, esta universidade foi transferida para Saint-Denis.

A contestação do ensino

A revolta estudantil e da juventude percorria o mundo desde o início dos anos 60. Havia formas de luta com objetivos políticos mais amplos que as questões estritamente universitárias, diplomas e incertezas de colocação dos recém-formados no mercado de trabalho. Os objetivos, às vezes irrealistas, foram associados a elementos de contestação não somente do conteúdo do ensino, mas do conteúdo da sociedade e da vida em geral. “*Changer la vie*”, verso de Arthur Rimbaud, foi uma expressão muito citada.

A contestação do ensino não começou em 1968. De fato, em vários lugares, desde 1966, os estudantes se rebelavam contra o conteúdo do ensino, indo até o boicote das aulas julgadas inadequadas. A contestação estudantil se concentrou nos cursos ministrados por professores que eram tidos como conservadores ou reacionários. Um dos primeiros exemplos foi contra o professor e cibernético Abraham Moles, que foi impedido pelos alunos de dar aula na Universidade de Estrasburgo em outubro de 1966. A partir de 1968, essa prática se generalizou na Universidade de Nanterre, onde estudava Cohn-Bendit, e na Universidade de Paris. Um caso que ficou famoso foi a intervenção de um grupo de estudantes no anfiteatro onde dava aula Michel Crozier, famoso professor de sociologia das organizações. Os estudantes queriam obrigar o professor a deixar de dar aula para passar um filme de Chris Marker sobre uma greve na empresa Rhodiaceta (o que não deixava de ser um assunto de sociologia organizacional). O professor não aceitou o ultimato e ele foi então denunciado pelos alunos como “inimigo do povo” (cf. Hamon & Rotman, 1987, p. 392).

No IEDES (Institut d'Étude du Développement Économique et Social), vários professores de economia do desenvolvimento e, inclusive seu diretor,

François Perroux, foram acusados pelos alunos de divulgar idéias favoráveis ao “neocolonialismo francês” nos países do Terceiro Mundo. Além disso, no plano da concepção do ensino voltado para os problemas do desenvolvimento, as posições de Charles Bettelheim eram aprovadas pelos estudantes, contra as de Perroux. Uma carta escrita em 1964 pelo primeiro e endereçada ao segundo foi divulgada pela Associação dos estudantes do IEDES em 1967. Alguns trechos significativos: *“Não basta descrever de maneira livresca tal ou qual país, tal ou qual mecanismo, para pretender oferecer um ensino útil. As comparações, a explicação das bases filosóficas e teóricas das escolhas, feitas em diversos momentos e em diferentes países, tornaram-se necessárias para resguardar os estudantes de qualquer esquematismo e para permitir-lhes o entendimento e a resolução, por si próprios, das dificuldades a serem superadas nas responsabilidades que assumirão em seu país, socialista ou não. (...) O contato direto com a realidade de numerosos países leva-nos a constatar o caráter artificial e escolástico de análises e projeções quantitativas que constituem apenas uma moderna forma de mistificação, na medida em que, como acontece freqüentemente, não traduzem um dinamismo real, mas são construções burocráticas, resultando de um ensino puramente econômico e então mal assimilado”* (Bettelheim, 1964).

Mesmo impedido pelos estudantes de voltar a dirigir o Instituto, o Professor Perroux lançou em 1969 um livro de discussão com Herbert Marcuse (cf. Perroux, 1969).

Em várias universidades, a contestação consistia em intervenções orais nos cursos magistrais (dados em grandes anfiteatros) para mostrar que os professores de economia e ciências sociais esqueciam os pressupostos de suas teorias e de suas implicações com a luta de classes. Isso valia também nos cursos de estatística, contabilidade nacional, metodologia de pesquisa, especialmente métodos quantitativos. Era questionada a utilidade social de um conhecimento abstrato, separado da prática, e sua recuperação pela burguesia. Argumentos típicos da contestação eram verbalizados desta forma: “O que o senhor está dizendo dissimula as relações de classes, ou só é útil para a burguesia ou os interesses imperialistas”. Outra frase muito usada: “O que o senhor está explicando aí em termos psicológicos, tecnológicos ou culturais é, na verdade, um problema político ou ideológico”. Geralmente, esse tipo de crítica era sumária, filosoficamente pobre, embora, algumas vezes, procedente, mas não dava conta dos detalhes e de eventuais alternativas. Parecia uma condenação em bloco. Para mudar qualquer coisa, era preciso, antes de tudo, derrubar o capitalismo. Para qualquer explicação, era preciso recorrer a uma idealização da teoria marxista. Reflexo dos anos 60, essa visão era uma resposta “revolucionária” à imposição da ideologia modernizadora dominante. Todas as vias estavam bloqueadas, somente a revolução podia resolver. Havia, nesse sentido, uma rejeição da maioria do conhecimento oferecido pela universidade, que de fato parecia bastante obsoleto e não conseguia satisfazer as expectativas do grande contingente de estudantes do pós-guerra, especialmente na área de ciências sociais, de escassas perspectivas profissionais.

Eram jovens alunos de graduação com leituras limitadas. Autores citados para contestar as visões de professores conservadores eram, por exemplo, Baran, Sweezy e Bettelheim, em economia, Althusser, em filosofia e ciências sociais. O importante livro de Poulantzas, *Poder político e classes sociais no estado capitalista*, só foi lançado no segundo semestre de 1968 e foi muito lido para alimentar a crítica a partir de 1969 na área de ciência política.

Como forma de dar continuidade à contestação, a idéia de “contra-cursos” ou de ensino paralelo desenvolvia-se desde 1967. Além de certas tentativas limitadas, não chegou a vigorar. As reformas universitárias promulgadas pelo governo entre julho e outubro de 1968 conseguiram esvaziar a contestação.

A idéia de ensino paralelo não remetia a uma ilusão sobre a capacidade de modificar a universidade sem maior transformação da sociedade. Um dos líderes estudantis, Cohn-Bendit, declarou contra o mito da “contra-universidade” ou do “contra-ensino” que “o ensino burguês, mesmo reformado, fabricará quadros burgueses. As pessoas serão tomadas na engrenagem do sistemas. Quanto muito, tornar-se-ão membros de uma esquerda bem pensante, mas continuarão, objetivamente, a ser as peças que asseguram o funcionamento da sociedade” (Cohn-Bendit *et alii*, 1968). O líder do Mouvement du 22 mars concebia, entretanto, uma forma de ensino paralelo como ensino “técnico” e “ideológico” realizado sob forma de seminários, sobre temas como “problemas do movimento operário”, “utilização da técnica a serviço do homem”, “possibilidades oferecidas pela automação” etc. (cf. Cohn-Bendit *et alii*, 1968, p. 39). Esses seminários seriam organizados como “experiência de ruptura”, sem ilusão de institucionalização e com a participação de professores progressistas cujo progressismo fosse até o ponto de renunciar à sua “posição de mestre”.

De modo geral, entre os principais temas de contestação universitária, destacam-se: a recusa do caráter classista da universidade; a denúncia da falsa neutralidade e da falsa objetividade do saber; a denúncia da parcelização e tecnocratização do saber; a contestação dos cursos *ex cathedra*; a denúncia dos professores conservadores ligados à política do governo; o questionamento do lugar que, na divisão capitalista do trabalho, os diplomados irão ocupar; a denúncia da escassez de possibilidade de empregos qualificados (problemas dos “*débouchés*”).

Vários aspectos da revolta estudantil francesa foram apontados como positivos por Darcy Ribeiro, tais como: crítica ao sistema de exames, crítica ao regime capitalista, vontade de estabelecer uma relação entre universidade e trabalhadores (cf. Ribeiro, 1969, p. 44).

Observa-se que a contestação do ensino foi uma prática desenvolvida principalmente antes dos acontecimentos de maio de 1968. Continuou no ano 1969, mas, depois, com a multiplicidade de experiências críticas, ela foi substituída por uma preocupação com pedagogia ou didática política, como no caso do ensino crítico em economia e ciências sociais, que veremos mais tarde.

Fontes Intelectuais

A maior influência intelectual exercida sobre os estudantes de 1968 foi o marxismo, mas, evidentemente, não o marxismo ortodoxo da União Soviética ou dos partidos comunistas do ocidente. Tratava-se de variantes relacionadas com o nomes de Trotsky, Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Che Guevara. Havia também o ressurgimento do anarquismo e uma nova forma de anarquismo cultural, chamado "situacionismo" (cf. Debord, 1972).

Antes de 1968, o marxismo não fazia parte dos currículos ou programas oficiais do ensino superior, nas áreas de ciências sociais ou economia, com raras exceções. Havia os cursos de Charles Bettelheim e Lucien Goldmann na École Pratique des Hautes Études, Louis Althusser e seus assistentes na École Normale Supérieure, Henri Lefebvre em Nanterre, Henri Denis na Faculdade de Economia etc. Em geral, eram cursos de tipo pós-graduação, estreitamente relacionados com pesquisa ou reservados a alunos adiantados.

Paralelamente aos cursos obrigatórios, muitos alunos organizavam grupos de estudo sobre *O capital* de Karl Marx. Também eram lidas obras clássicas de Lênin, Mao e Gramsci (este último, sobretudo a partir de 1969). Além dessas leituras, havia um acompanhamento da situação da guerra no Vietnã e das lutas na América Latina e África. Eram organizados muitos *meetings* e apresentações de filmes militantes, especialmente no Palais de la Mutualité (nesse mesmo local, um grande evento foi organizado, com a participação de J.-P. Sartre, em memória de Marighela, em 1969). O "currículo" dos estudantes contestatários não se limitava às matérias oferecidas nos programas oficiais.

A visão internacional era completada pelo conhecimento de experiências políticas italianas, especialmente a do grupo organizado em torno da revista *Quaderni Rossi*. Uma coletânea foi traduzida e publicada na França no início de 1968.

Nos anos 60, as obras de Gramsci estavam pouco difundidas na França. Só existia uma velha edição de trechos escolhidos, publicada pelas *Editions Sociales*, do PCF, datada de 1959 e esgotada desde 1967. A leitura das obras completas de Gramsci só se tornou "obrigatória" no início da década de 70, para acompanhar discussões de Hugues Portelli, M. A. Macciocchi (1974) e Catherine Buci-Glucksman, entre outros.

Os estudantes da linha pró-chinesa liam essencialmente o *Pequeno livro vermelho* do presidente Mao e os *Quatros ensaios filosóficos* do mesmo autor (1967). Além desses livros, as principais leituras eram as obras de Louis Althusser (1967a; 1967b). Em alguns grupos, com a aproximação política de Jean-Paul Sartre, também a *Crítica da razão dialética*, fazia parte das leituras. Observou-se que a posição de Althusser, favorável à valorização da teoria contra as diversas formas de empiricismo e de positivismo, reduziu as possibilidades de pesquisa concreta em ciências sociais durante vários anos.

As idéias dos pensadores relacionados com a Escola de Frankfurt não eram conhecidas na França antes de 1968. Só se tornaram conhecidos, nes-

se ano, por intermédio da imprensa e da tradução do *Homem unidimensional* de Marcuse (1968). As principais obras de Horkheimer, Adorno e Habermas foram traduzidas e publicadas a partir de 1970 (cf. Enthoven, 1974).

Mesmo sem terem lido esses autores, muitos estudantes pensavam, quase espontaneamente, que, de fato, ciência e técnica estavam a serviço da dominação, ou faziam parte de um mecanismo de alienação do homem. A contestação da ciência ocidental, do positivismo e do funcionalismo, tão difundidos no ensino de ciências sociais, encontravam referências filosóficas ilustres em que se apoiar. Entretanto, a tese de Marcuse sobre a integração da classe trabalhadora dentro do capitalismo desenvolvido foi bastante criticada.

Em 1968 houve um renascimento das idéias anarquistas. Além de temas tradicionais (incompatibilidade do socialismo com o Estado, papel fundamental da autogestão como forma de organização das empresas), foram desenvolvidos temas novos, relacionados com a crítica da cultura de massa ou da “sociedade do espetáculo”, promovida por um grupo chamado “situacionista”, com participação de Guy Debord. Criado em 1957, o situacionismo se apresentou como movimento estético, derivado do letrismo, às vezes próximo ao surrealismo, e marcado por uma forma de neo-anarquismo. Sua crítica à “sociedade de consumo”, à linguagem da propaganda comercial, ao lazer organizado e à vida cotidiana em geral, teve uma ampla divulgação a partir de 1968 e influenciou o modo de percepção da vida individual e social. Numa linha semelhante, uma brochura de profundo impacto foi *De la misère en milieu étudiant*, divulgada pela UNEF, em 1966, na Universidade de Estrasburgo e, mais tarde, no Quartier Latin. Outro situacionista importante é Raoul Vaneigem, autor do *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*, publicado em 1967. Contrariamente a Guy Debord, que se suicidou em 1994, Raoul Vaneigem continua ativo e publicou recentemente novas obras que ensinam aos jovens como criticar a sociedade, a moral burguesa, a escola autoritária etc.

O ideário da contestação não se limitou a concepções ideológicas e políticas gerais, houve também incorporação de conhecimentos de origem psicológica e educacional, com tendências teóricas diferenciadas.

a) Psicologia. Psicologia e psicanálise não eram populares entre os estudantes de esquerda, antes de 1968. Críticas ao “psicologismo” ou ao “psicanalismo” eram tradicionais entre autores marxistas. O interesse nessas disciplinas se desenvolveu a partir do reconhecimento do papel que a psicanálise desempenha nas obras dos autores da Escola de Frankfurt.

Entre os partidários de Althusser houve a descoberta da função teórica da psicanálise a partir de um texto sobre a releitura de Freud por Lacan. De acordo com Althusser, Lacan teria realizado o corte epistemológico necessário para tornar científica a psicanálise.

Simultaneamente, a partir de 1968, as obras de W. Reich começaram a ser divulgadas. Certos grupos marxistas radicais tentaram conciliar “fuzil” e “divã”, descobrindo a dimensão política do orgasmo.

Na mesma época, também foi difundida a reinterpretção da

esquizofrenia à luz da antipsiquiatria de Ronald Laing e de suas concepções de vida expostas em *A política da experiência* (1969).

Uma tendência psicossociológica, ou socioanalítica, que ampliou o círculo de seus iniciados em 1968, foi a da análise institucional de R. Lourau e G. Lapassade. Desde o início dos anos 60, Lapassade (1963) já tinha formado membros do movimento estudantil em análise de grupos e crítica da vida institucional. Depois de 1968, a corrente sistematizou seus princípios e ampliou sua audiência, inclusive no Canadá e no Brasil.

Entre aqueles que atribuíam pouca importância à psicologia antes de 1968, aconteceram muitas “conversões” que se manifestaram pela adesão a uma ou outra daquelas tendências psicológicas. Isso parece ser um reflexo da crise de 1968 na esfera individual e no relacionamento interpessoal. Talvez seja o sinal *avant-coureur* do advento do que ia ser chamado, mais tarde, o “individualismo contemporâneo”.

b) Educação. Didática, pedagogia e ciências da educação, de modo geral, foram bastante discutidas a partir de maio de 1968. Ficou patente que era necessário superar qualquer didática centrada na transmissão de um conhecimento preestabelecido. Nas universidades, o curso magistral e o ensino centrado na leitura apareceram como métodos de transmissão oral ou livresca, insuficientes para desencadear uma verdadeira comunicação pedagógica. Paulo Freire já era conhecido.

Nas atividades de formação extra-universitária, no campo das idéias pedagógicas, havia um grande espaço ocupado por Carl Rogers e sua orientação não-diretiva. Evidentemente, essa orientação não era utilizada pelos grupos radicais, mas foi bastante divulgada nas práticas de formação, inclusive em âmbito sindical.

Desenvolveu-se outra tendência, a da autogestão pedagógica (cf. Le Boterf, 1974), que foi reinterpretada pela escola socioanalítica de Georges Lapassade.

Por parte de professores ou formadores inspirados nas idéias de maio de 1968, houve insistência na dimensão política de qualquer relação pedagógica. A concepção da didática foi marcada por essa dimensão política e pelo conteúdo cognitivo e psicossocial progressivamente construído na relação entre professores e alunos. Além disso, houve naquela época um movimento favorável a uma pedagogia de abertura ao mundo exterior. Tratava-se de sair da sala de aula para mostrar as situações no mundo real, os *ghettos*, por exemplo.

Maio de 1968 e a comunicação

Os acontecimentos de maio e junho de 1968 são interessantes do ponto de vista da comunicação por várias razões:

- 1) o papel dos meios de comunicação de massa na ampliação do movimento;
- 2) a crise interna dos meios de comunicação de massa;
- 3) o surgimento de meios de comunicação alternativos;

4) de modo mais difuso, o estabelecimento de uma comunicação entre o mundo universitário e o mundo dos trabalhadores, que, antes, estavam totalmente separados (cf. Gombin, 1971, p. 158).

Apesar do estreito controle ideológico sobre os meios de comunicação de massa do setor público por parte do governo e dos grupos financeiros sobre os meios de comunicação de massa do setor privado, alguns desses meios exerceram um papel positivo para o movimento no início dos acontecimentos. Em particular, destaca-se o papel do rádio. Ao dar cobertura às manifestações de ruas, com barricadas, após o fracasso das negociações entre governo e estudantes, na noite do dia 10 de maio, sem querer, o rádio tornou mais legítima a ação estudantil e espalhou entre os trabalhadores um sentimento de determinação que os incitaram a entrar em greve, apesar da reticência dos sindicatos.

Nos dias seguintes, o governo pressionou o ORTF para que a informação fosse filtrada. O pessoal desta organização reagiu sobre a questão da objetividade e mobilizou-se. No início dos acontecimentos, alguns produtores de televisão denunciaram a falta de objetividade e a falta de informação nos noticiários, no que diz respeito ao movimento estudantil. No dia 17 de maio, várias categorias de pessoal entraram em greve, protestando contra a censura e a favor da objetividade da informação. No dia 21, o conjunto do pessoal, inclusive os jornalistas, estava em greve. Certas emissoras e as estações de retransmissão foram ocupadas pelo Exército a partir do dia 19 de maio (cf. *Documentation française*, 1970, p. 27).

No mês de junho, organizaram-se grupos de jornalistas “fura-greve” e delatores. Com o término do movimento, após as eleições legislativas que deram a vitória ao general De Gaulle, o fim da greve do ORTF foi decidido dia 25 de junho. Nas semanas seguintes, vários jornalistas e outros profissionais foram demitidos. A orientação do ORTF ficou marcada por uma crise profunda que se alastrou durante vários anos. Nos anos 70, a política do governo se manifestou no desmembramento da organização em várias companhias independentes e na privatização de alguns canais de televisão.

Vários meios de comunicação paralela foram utilizados em maio e junho de 1968.

a) Panfletagem. Milhões de panfletos foram distribuídos nas universidades, nas fábricas, nas ruas, no metrô etc. Seus objetivos consistiam em denunciar as manobras do governo e em chamar o povo a apoiar o movimento e participar. Na sua maioria, os panfletos eram produzidos por mimeografia ou impressão *offset*, nos diretórios acadêmicos e com o próprio material das universidades ocupadas.

Os panfletos de maio de 1968 foram, nos anos 70, objeto de uma ampla pesquisa lexicológica por parte de um grupo de lingüistas da ENS de St. Cloud. O objetivo era o de tentar captar a peculiaridade lexical do discurso das organizações políticas durante os acontecimentos e após, para observar a eventual possibilidade de constatar a emergência de uma nova filosofia política. A análise lexicométrica consistiu em quantificar a frequência de certos vocábulos e as distâncias que existem entre eles, com programas de computa-

dores para elaborar os lexicogramas (cf. Tournier, 1975; Maingueneau, 1976; Robin, 1977). Os resultados dessa pesquisa não pareceram convincentes e a nova filosofia não foi encontrada pelos computadores. Talvez ela tenha permanecido escondida nas entrelinhas.

b) *Slogans* e pichações dos muros. As universidades e as ruas, especialmente nos locais de manifestações, foram cobertas de pichações. Destacaram-se certos *slogans* lançados por grupos anarquistas ou situacionistas, por exemplo: “É proibido proibir”, “Debaixo dos paralelepípedos, a praia...”. (Veja-se lista dos mais conhecidos slogans, com tradução portuguesa, em *Maio de 1968: A Imaginação ao Poder*, 1997b).

c) Cartazes. Os cartazes cobriram a cidade. Eram de três tipos: cartazes feitos a mão, escritos com canetas de tipo hidrocor, cartazes serigráficos e cartazes impressos por meios convencionais. Os cartazes feitos a mão lembravam os *dazibao* então utilizados na China durante a Revolução Cultural. As informações ficavam expostas em lugares “estratégicos”, nas ruas ou praças, para facilitar pequenos agrupamentos e discussões. No que diz respeito aos cartazes serigráficos, nota-se que tiveram o maior impacto. A serigrafia era uma técnica pouco conhecida e foi amplamente utilizada por grupos de estudantes, inclusive com auxílio de alunos de Belas Artes e artistas independentes nos seus *ateliers*. Houve uma divulgação da técnica. Listas do material necessário circularam nas universidades e comitês de ação. Alguns cartazes tornaram-se “antológicos” e são reproduzidos até hoje, vendidos como *posters* em *drugstores* parisienses. Podem ser também consultados nas páginas da Internet (cf. Maio de 68: A Imaginação ao Poder, 1997a). Finalmente, os cartazes convencionais, de maior custo, eram sobretudo utilizados pelas organizações políticas e sindicais tradicionais. Por sua vez, governo e partidos conservadores utilizaram *outdoors*.

d) Jornais. Os comitês de ação e comitês de base nas universidades e nos bairros populares lançaram diversos jornais. Alguns foram efêmeros, outros se mantiveram durante vários meses ou anos. No começo dos acontecimentos foram lançados os tablóides *Action* e *L'enragé*, que divulgaram os apelos dos grupos de estudantes da linha de frente. Desapareceram rapidamente. A atividade contra-informativa e contracultural se manifestou nos bairros pelo lançamento de folhas volantes; uma delas, na região sul de Paris, chamava-se *L'antimite*. Vale salientar a existência de outras publicações que circularam mais tempo. É o caso, em particular, dos *Cahiers de Mai*, revista que representa uma interessante experiência de jornalismo militante, que funcionou com alguns semiprofissionais. Sua orientação não era didata por nenhuma organização política constituída e pretendia refletir a vida dos comitês de ação, especialmente nas empresas e bairros. A periodicidade, no começo irregular, tornou-se mensal. Contrariamente a outros jornais, os *Cahiers de Mai* se destacaram por sua legibilidade. A redação dos artigos era feita a partir da gravação da fala dos trabalhadores, o que permitia um estilo vivo e concreto. Havia também desenhos e caricaturas.

Em matéria de jornalismo profissional, o mais importante fato pós-68 foi a criação do quotidiano *Libération*, inicialmente lançado por militan-

tes, com a participação de J. P. Sartre. O jornal conseguiu inovar no estilo e no conteúdo; mantém-se até hoje.

e) Histórias em quadrinhos. Antes dos anos 60, as histórias em quadrinhos eram sobretudo um produto da indústria cultural de conteúdo conformista (por exemplo, *Tintin*, do belga Hergé). A partir de 1966 e, sobretudo, de 1968, as histórias em quadrinhos e *cartoons* começaram a ser utilizados pela imprensa contestatária de conteúdo crítico ou “subversivo”. Existiram diversas concepções. Por exemplo, a *Internationale Situationniste*, de orientação anarquista, utilizou desenhos de tipo americano convencional acoplados a um discurso subversivo nas legendas. Firmou-se o cartunista Siné, cujas *charges* marcaram época. Por outro lado, a nova geração de desenhistas surgida em 1968 (Wolinski, Reiser e outros) recorreu a tipos de desenhos graficamente não convencionais (o mesmo fato aconteceu no Brasil, na mesma época, com os desenhistas do *Pasquim*).

Nicole de Maupéou-Abboud nota que, no período 1966-1967, “o mais tangível produto da crise cultural a respeito do qual falamos retrospectivamente os antigos militantes e estudantes, especialmente os do setor de letras, foi talvez o desenvolvimento da produção e do consumo de histórias em quadrinhos e de desenhos humorísticos por parte dos mais sérios estudantes no campo da teorização política. Esse fenômeno não deve ser confundido com a clássica mania dos universitários, que consiste em ler ostensivamente ilustrados durante as aulas. É em uma publicação da UNEF, em final de 1966, que apareceu o modo de expressão dos quadrinhos e este foi utilizado como contralinguagem para negar a linguagem e o saber acadêmicos. (...) Nessa publicação, intitulada *Lamba*, os personagens de *Asterix* ridicularizavam a escola e a pedagogia tradicionais” (Maupéou-Abboud, 1974, p. 216-217).

A partir de 1968, essa forma de expressão se generalizou em diversas publicações e mesmo sob forma de panfletos. O quadrinho se tornou uma técnica de expressão muito utilizada no contexto associativo e sindical. Foi também utilizado por professores ou pesquisadores que criticavam os grandes mandarins da universidade.

f) Fotografia. A fotografia adquiriu um papel significativo no período considerado, mas com ambigüidade. De um lado, as cenas de violência policial contra os manifestantes desarmados, ou mesmo contra simples curiosos, divulgadas em jornais, tiveram um impacto contrário às “forças da ordem”. Por outro lado, cenas de barricadas, carros incendiados e outras depredações – mesmo que fossem praticadas pela polícia – exerciam um impacto desfavorável, contrário aos manifestantes. Além disso, as fotografias publicadas em jornais eram instrumento de identificação utilizado pela polícia para perseguição. Por essa razão, a fotografia não foi uma técnica comunicativa valorizada pelo movimento.

g) Comunicação oral. Maio de 1968 foi um período de redescoberta da comunicação oral, em particular sob forma de discussão improvisada nas praças públicas, nas esquinas, nos anfiteatros, nas assembleias gerais, nos teatros, nos locais de trabalho, em minicomícios na porta das fábricas, com a participação de estudantes e trabalhadores. Jovens e pessoas idosas, isoladas na cidade, pela pri-

meira vez, podiam discutir os problemas da vida em qualquer lugar improvisado.

Independentemente dos meios de comunicação utilizados pelos estudantes, no período de maio-junho de 1968, manifestaram-se numerosos fenômenos de comunicação oral descontrolada ou não-desejada, de tipo rumores. Segundo Rouquette (1975), os rumores circulam em canais de transmissão, mal conhecidos, com ocultação das fontes. No meio de manifestantes parisienses, várias vezes, circularam rumores de uma iminente intervenção de tropas do Exército estacionadas nos arredores. Além disso, em 29 de maio, dia do “desaparecimento” do general De Gaulle, houve especulações e rumores a respeito da vacância do poder e de uma possível intervenção do Exército francês estacionado na Alemanha, sob comando do general Massu. De fato, naquele dia, os dois generais fizeram as pazes após um desentendimento de vários anos ligado à fase final da guerra de Argélia e definiram uma atitude conjunta em caso de emergência.

Em certas regiões rurais afastadas e tradicionalmente conservadoras, como a Vendée, circularam rumores segundo os quais grupos de combatentes chineses participavam nas manifestações violentas em Paris. Esse fato pode ser atribuído à ambigüidade de notícias, veiculadas pelos meios de comunicação, a respeito dos grupos de militantes de orientação pró-chinesa. Também circularam rumores a respeito de uma iminente tomada do poder pelos comunistas, que teriam guardado em esconderijos armas da Segunda Guerra Mundial.

Em resumo, paralelamente à crise universitária, no contexto da comunicação, a crise geral da sociedade abalou o sistema dos meios de comunicação em massa, especialmente a rádio-televisão estatal, que ficou contestada tanto de fora como de dentro. Por outro lado, no decorrer dos acontecimentos, formas de comunicação alternativa foram espontaneamente utilizadas: cartazes serigráficos, *meetings* improvisados nas ruas ou praças, assembléias gerais permanentes nas universidades e teatros, panfletos e imprensa paralela. Isso criou um espaço de criatividade que marcou época e, posteriormente, foi até em parte “recuperado” pela mídia para modernizar (ou pós-modernizar) sua linguagem.

Relação entre estudantes e trabalhadores

No funcionamento normal da sociedade existe pouco contato entre universitários e trabalhadores. Na sua grande maioria, os estudantes provêm das classes média e alta. A vida social é organizada de modo separado. Os estudantes são concentrados em *campi* ou em centros urbanos onde prevalece o setor terciário. Os trabalhadores se concentram na periferia da cidade, nos subúrbios ou cidades-dormitórios. A localização no espaço urbano, a estrutura da jornada de trabalho e as clivagens socioculturais no lazer afastam estudantes e operários. Em maio de 1968 criou-se espontaneamente um relativo rompimento dessa separação. Pela primeira vez, estabeleceu-se um contato direto entre estudantes e operários nas ruas, nas assembléias, em debates improvisados, nos comitês de bairro, na porta das fábricas. Grupos de estudantes estimulavam esse contato, às vezes barrados por representantes de sindicatos. Por sua vez, muitos trabalhadores, individual-

mente ou em pequenos grupos, procuravam a discussão com estudantes nas universidades ocupadas. A principal forma na qual se manifestava o diálogo entre estudantes e trabalhadores era o comitê de ação em diversos bairros. Nos meses que seguiram aos acontecimentos, tais comitês se esvaziaram, foram controlados por pequenos grupos de intelectuais doutrinários e finalmente desapareceram.

A comunicação entre estudantes e trabalhadores durante e depois os acontecimentos foi mantida pelos diversos meios de comunicação paralela anteriormente descritos (panfletos, cartazes, jornais etc.).

Entre 1968 e 69, os estudantes mais politizados se dividiam a respeito das prioridades de ação: ação interna de transformação das universidades *versus* ação externa junto aos trabalhadores, urbanos ou rurais, ou aos comitês de ação de moradores surgidos espontaneamente em bairros populares no decorrer dos acontecimentos.

A questão do relacionamento com trabalhadores foi objeto de intensas discussões entre estudantes. Havia uma oposição entre duas grandes tendências. A primeira considerava como prioritário a reestruturação da universidade e a formação crítica dos intelectuais ou futuros profissionais, o que tornava secundário a relação com os trabalhadores. A segunda tendência criticava a primeira como sendo reformista e corporativista. Para aquela, as circunstâncias históricas exigiam da parte dos estudantes um maior engajamento ao lado das lutas operárias. O objetivo era, então, sair das universidades e militar nos comitês de ação junto com os trabalhadores. Partidários desta tendência, um grande contingente de estudantes maoístas abandonaram a universidade e estabeleceram-se como operários não qualificados em diversas empresas dos subúrbios. Foi o caso de Robert Linhart, que trabalhou na Citroën e, mais tarde, relatou sua experiência e descreveu o sistema de vigilância da empresa no livro *L'établi*, traduzido em português com o título *A greve na fábrica* (1980). Para intelectuais militantes, o estabelecimento em fábricas como operários foi uma experiência difícil, que não durou muito tempo.

Outros estudantes de diversas tendências optaram pelo prosseguimento dos estudos, no quadro da universidade tradicional. Mas a experiência teve sobre eles o efeito de uma busca de novas orientações de estudo, relacionadas com os interesses das classes trabalhadoras.

Nota-se que uma das formas de comunicação que grupos de estudantes tentaram implementar como modo de manter o contato com os trabalhadores foi através de Universidades Populares.

Experiência de universidade popular

Sobre a revolta estudantil de 1968 na França, vários comentaristas só retiveram a interpretação de que os estudantes pretendiam o impossível e acabaram quebrando tudo. Ficou bastante esquecido o fato que diversos grupos de estudantes tinham propostas alternativas em matéria de ensino, didática e metodologia de pesquisa. Algumas dessas propostas conheceram efêmeras

concretizações nas Universidades Populares do verão de 1968. A mesma preocupação politizante acerca da didática e metodologia já existia desde 1966-1967 entre estudantes alemães, no contexto da “universidade crítica”.

De modo geral, as *universités populaires* de 1968, na França, foram influenciadas por experiências alemãs, em particular a da Universidade Crítica de Berlim, criada em 1967, onde já havia estudos com reuniões de estudantes e trabalhadores. O principal objetivo era a “aquisição de métodos de análise política rigorosa e científica que a universidade não oferece” (Bosc & Bouguereau, 1968, p. 60).

A partir de julho de 1968 existiram várias universidades populares em Paris e cidades do interior. Eram experiências espontâneas, uma forma de atividade escolhida por grupos de estudantes para deixar acesa a chama do movimento de maio durante as férias e a grande desmobilização que ocorreu após dois meses de ocupação das faculdades e de manifestações de rua. Em Grenoble, em uma universidade popular, psicólogos e sociólogos experimentaram métodos de pedagogia ativa e de animação, com princípio de autogestão (cf. Le Boterf, 1970; 1974).

Estudantes da Cité Universitaire Internationale de Paris criaram uma “Universidade Crítica de Verão”, onde foram promovidas palestras e seminários, inclusive sobre os problemas do Terceiro Mundo e da América Latina.

Descreveremos alguns aspectos da Université Populaire du 13^{ème} arrondissement, experiência mais bem conhecida pelo fato de termos dela participado. Essa experiência é localizada no tempo, de julho a outubro de 1968, e no espaço, um dos bairros populares do 13º distrito de Paris, ao sul do Quartier Latin. Sem dúvida, sua importância é limitada, mas foi mencionada como exemplar (Maupéou-Abboud, 1974, p. 291). Além disso, não foi isolada; outras ocorreram em diversas universidades, inclusive no interior.

Parte dos alunos do IEDES criaram uma *Université Populaire* em julho de 1968 para dar continuidade, durante as férias de verão, à mobilização dos meses precedentes e levar adiante a análise da situação social e política depois do “restabelecimento da ordem”. Era um meio de ampliar a discussão coletiva entre operários e habitantes de um bairro popular do 13º distrito, que estava em via de demolição graças a um plano de renovação urbana.

Em lugar de discutir acerca da reforma universitária, certos estudantes deram privilégio a formas de atuação externa. A idéia da universidade popular era um meio provisório para desenvolver uma atividade externa sem compromisso com o sistema universitário vigente. Manifestava-se a vontade de se colocar a serviço da classe trabalhadora, dentro de um sistema de relações pedagógicas não convencionais.

A concepção da universidade popular de 1968 era diferente das universidades populares do início do século XX, que foram criticadas por Gramsci (1959, p. 24-25). Na sua concepção antiga, as universidades populares eram instituições reconhecidas, com docentes profissionais expondo a ciência ao povo. Gramsci criticava essas universidades por serem marcadas pela

ausência de uma relação orgânica com os trabalhadores. A forma de exposição permanecia abstrata e sem conexão com a prática. Não havia capacidade de se estabelecer uma ponte entre o saber erudito e a crítica ao senso comum. Também foi criticada a reprodução de hábitos das universidades burguesas.

Na Universidade Popular do 13º, não havia professores fixos nem aulas propriamente ditas, tratava-se de um fórum de discussão com estudantes e trabalhadores. Alguns professores assistentes e jornalistas (como, por exemplo, Gilbert Matthieu, jornalista econômico do jornal *Le Monde*) participaram de alguns debates. Os debates eram semanais, organizados em função de temas definidos com antecedência e anunciados na rua por meio de cartazes, jornais murais e serigrafia produzidos no ateliê de um artesão ceramista. A organização era mínima durante o verão e baseada no voluntariado. Depois de um período de dificuldades iniciais, o trabalho da Universidade Popular tornou-se produtivo. Pela primeira vez, em julho e agosto, os estudos estavam relacionados com uma prática externa, com trabalhadores reais.

Mas, sendo não fechada, a organização adotada acabou favorecendo a infiltração de pessoas externas, filiadas a grupúsculos políticos e estranhas à proposta inicial. Esse fato acelerou, a partir de setembro, a fase de declínio da experiência. Nessa fase, a discussão de problemas reais regrediu em prol de debates doutrinários em torno de velhas divergências existentes entre diversas correntes do marxismo e do anarquismo (por exemplo, acerca da guerra civil da Espanha de 1936), o que redundou no esvaziamento das sessões, na fuga dos trabalhadores, até o momento, em outubro, em que foi dada por encerrada a experiência.

Como elemento de balanço, pode-se considerar que a Universidade Popular do 13º despertou dentro de um pequeno grupo de estudantes e de trabalhadores assíduos um vivo interesse pelos estudos. Os trabalhadores em questão exigiram da Comissão de Fábrica uma compra de livros para a biblioteca da empresa em que atuavam. Fortaleceu-se o sentimento de serem capazes de entender a situação e de realizar pequenas enquetes sobre as condições de moradia em um bairro ameaçado pela especulação imobiliária. Finalmente, todas essas pessoas se dispersaram a partir de 1969, quando a fábrica foi fechada e a linha de produção reestruturada em diversas fábricas do interior. Em seguida, o próprio bairro foi em grande parte destruído, dando lugar a prédios de classe média e centros comerciais.

Essa experiência teve um efeito importante, pois deu aos estudantes implicados a vontade de estudar, de modo mais aprofundado, sociologia, pedagogia e metodologia de pesquisa social, inclusive no sentido de fortalecer propostas de tipo “enquete operária”, pesquisa-ação e pesquisa participante. A concepção de enquete foi reestudada a partir dos textos de Marx e dos *Quaderni Rossi*, italianos (cf. Thiollent, 1980). A pesquisa ativa e participativa foi considerada, sobretudo a partir da concepção de Dumazedier (1973). Apesar de suas fraquezas e de seus erros “sectários”, a Universidade Popular do 13º teve como efeito benéfico o de sensibilizar estudantes para novas problemáticas de pesquisa, desconhecidas nos programas oficiais da universidade.

Os acontecimentos da primavera de 1968 e as experiências de verão constituíram “aulas” de efeito mais prolongado que as aulas convencionais.

Considerando seu aspecto efêmero, a experiência das Universidades Populares talvez pudesse ter sido denominada, apropriadamente, “Universidade Popular de Verão”, e ter sido formulada como experiência a ser repetida o ano seguinte, o que não ocorreu.

Ensino crítico em economia e ciências sociais

Por volta de 1968, entre economistas de esquerda, discutiam-se as teses do PCF sobre o “capitalismo monopolista de Estado” desenvolvidas por P. Boccara e que fundamentavam a estratégia política do partido. As teorias de P. Baran e P. Sweezy foram difundidas. Sobre a América Latina, eram discutidas a teoria de centro e periferia de André Gunther Frank, o “modelo” de Celso Furtado, a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso, todos autores de obras então recém-traduzidas. No IEDES, discutia-se a economia do desenvolvimento, com base nesses autores.

De modo geral, a partir de 1968, a crítica da economia, enquanto disciplina de ensino e pesquisa, desenvolveu-se e radicalizou-se em diversas universidades, tanto na França como nos EUA. Em si mesma, a noção de “crítica à economia política” não era nova. Como se sabe, é o subtítulo de *O capital* de Marx e permaneceu como idéia central do marxismo durante muito tempo. A crítica à economia política, no tocante aos conceitos, teorias e métodos, foi essencialmente marxista. Houve antecessores importantes, como, por exemplo, Thomas Hodgskin, que, já em 1825, mostrava, na economia política clássica, a presença da “teoria da política econômica desejada pela classe capitalista” (cf. Osier, 1976).

Nos anos 60 do século XX, muitos professores de economia pretendiam voltar a esse lado crítico que o ensino tradicional ignorava. Paralelamente à crítica dos fundamentos da economia e de seus compromissos com os interesses de classe, desenvolveu-se uma crítica ao ensino da economia. É conhecido o sarcasmo de Marx para com a “economia vulgar”, tal como costumava ser ensinada. Nos anos 60-70, a concepção crítica em matéria de ensino econômico devia acompanhar a própria crítica à economia convencional. Não é por acaso que, naquele período, as correntes radicais da economia apresentaram críticas endereçadas tanto ao conteúdo das teorias, quanto às modalidades de divulgação, seja sob forma de ensino, seja sob forma de informação econômica. Essa preocupação se desenvolveu tanto na Europa como nos EUA. Na França, a crítica foi bastante influenciada, nesse campo, por experiências norte-americanas.

Nos EUA, já existia de longa data a corrente neomarxista da *Monthly Review*, animada por Paul Sweezy. Ao lado dela, criou-se uma corrente radical, numericamente mais importante. Em 1968, foi criada a *Union of Radical Political Economy* (URPE), que teve um grande impacto em várias universidades e nas associações de economistas. Marcados pela guerra do Vietnã, os anos 60 foram um período de intensa conscientização, especialmente no meio estudantil. Entre os

alunos e jovens professores de economia e ciências sociais, manifestou-se a defasagem entre as “teorias tranqüilizantes” e a “realidade caótica e desigual” (cf. Attali & Guillaume, 1974). A miséria dos *ghettos* e a situação do Terceiro Mundo eram fortes elementos de tomada de consciência. Paralelamente à busca de novas explicações, entre outras, baseadas na problemática marxista recém-introduzida no quadro universitário americano, foram experimentados novos métodos pedagógicos. De modo bastante empírico, esses métodos procuravam melhorar o contato dos alunos com a realidade circundante, por meio de visitas a fábricas, bairros pobres etc. Também foram propostas alterações nas regras de avaliação e no tipo de relação, mais flexível, entre professores e alunos. Após vários anos de ensino crítico, professores radicais descobriam que: “*quando confrontados com a tarefa de fazer pesquisas de mestrado ou de doutoramento, muitos alunos são insuficientemente preparados para traduzirem sua compreensão teórica e substantiva da economia política marxista em projeto de pesquisa concreta e significativa*” (cf. Hill & Shapiro, 1978). Para enfrentarem esse tipo de problema, foram organizados seminários de formação dedicada aos métodos de pesquisa, em particular, pesquisa documentária e levantamento de informação viva. Devendo estar bem informada a respeito do contexto histórico no qual ocorreram os fenômenos investigados, a pesquisa radical precisa das técnicas documentárias. A relação entre a teoria marxista, tão valorizada nos anos 60, e as exigências da pesquisa concreta constituía um problema metodológico importante, classicamente discutido pela socióloga canadense P. Vaillancourt (1979).

Na França, nos anos 70, dando continuidade às batalhas ideológicas dos anos 60, muitos alunos e alguns novos professores pretendiam desenvolver um ensino crítico em matéria de economia e ciências sociais. Em 1973, foi criada a *Association pour la Critique des Sciences Économiques et Sociales* (ACSES), que conseguiu reunir centenas de economistas, cientistas sociais, professores e estudantes da universidade, professores de segundo grau e profissionais de administração e gestão de empresas. Apesar de sua heterogeneidade e das dificuldades que encontrou na definição de suas prioridades, a Associação sensibilizou uma ampla faixa do ensino de economia e ciência sociais. Muitos de seus membros eram remanescentes do Movimento de Maio de 1968. Nas discussões que marcaram o começo da vida dessa Associação, foram amplamente abordadas as questões do ensino e da pesquisa na perspectiva crítica. A crítica radical do conhecimento que a ACSES adotou estava bastante influenciada pela URPE americana. Tratava-se de criticar a economia em vários níveis: estatuto científico, objetivos, função social, utilização, métodos, condições de trabalho acadêmico que lhe são associadas etc. A Associação pretendia romper o isolamento das diversas categorias de economistas e cientistas sociais, superar os “métodos artesanais”, formular “sínteses críticas” e intervir nos debates econômicos nacionais e internacionais.

Para desenvolver a crítica das ciências econômicas e sociais, a concepção prevalecte na ACSES pretendia confrontar permanentemente os discursos e a realidade percebida, e denunciar a utilização ideológica do conhecimento. No tocante ao ensino, era criticada a prática pedagógica mandarinal fun-

dada na pretensão à monopolização do saber pelo professor. Havia uma reflexão sobre a pedagogia econômica no ensino de segundo grau, no qual as matérias socioeconômicas começaram a ocupar um lugar mais importante a partir dos anos 70, às vezes em detrimento da filosofia. A partir da orientação adotada, previa-se que o ensino da economia no segundo grau devia favorecer uma visão histórica do desenvolvimento econômico, recorrendo, como material de aula, a vários tipos de documentos: a) informação descritiva: dados estatísticos, relatos de acontecimentos; b) material ideológico: interpretações partidárias, ponto de vista dos porta-vozes do sistema; c) material teórico relativo à explicação do modo de produção capitalista (ACSES, 1974; 1975). Essas recomendações foram aplicadas a título individual por docentes filiados à associação. A Associação foi objeto de diversas barganhas políticas que a fizeram declinar. Muitos de seus sócios ingressaram nas fileiras do Partido Socialista ou em organismos satélites. Finalmente, ela desapareceu por volta de 1977.

Um fato de grande repercussão na área do conhecimento econômico na França foi o lançamento do livro de Attali e Guillaume, *L'anti-économique*, em 1974. Com esse livro, J. Attali, professor da Escola Politécnica e assessor do Partido Socialista, tornava-se conhecido; foi o início de uma grande carreira intelectual e política. A proposta do livro consistia em apresentar, de um ponto de vista crítico e independente do marxismo, os principais temas da economia política a serem repensados em função da crise dos anos 70.

Desdobramentos culturais

Embora haja controvérsia sobre a significação dos acontecimentos de 1968, não se pode negar que eles foram um marco importante na história, cujos efeitos ultrapassaram as fronteiras da França e prolongaram-se nas décadas de 70 e 80.

Uma geração de estudantes e de jovens trabalhadores ficou marcada por esses acontecimentos, inclusive por suas ilusões e pelas “dores” provocadas pelo fim das ilusões, mas tarde, nas décadas de 70 e 80.

A influência é difusa e altamente contraditória. Foi minimizada por certos analistas. Para estudiosos que se baseiam em relatórios de governo, em pesquisa de opinião ou sociologia conservadora, não houve efeitos importantes. Mas existem efeitos mais sutis que não são perceptíveis nos relatórios oficiais. Trata-se principalmente de efeitos difusos no contexto cultural e da vida cotidiana de um grande número de estudantes e jovens marcados por sua participação ativa nos acontecimentos.

De fato, o movimento de maio não se limitou à ação de pequenas minorias. Uma grande parte dos estudantes participou dos debates universitários e das manifestações de rua. Dez milhões de trabalhadores pararam a produção e as fábricas ficaram ocupadas durante várias semanas. Alguma coisa mudou na vida cotidiana de muita gente, no relacionamento interpessoal, na visão do mundo, gostos e aversões. De um modo que, sem dúvida, extrapolou

previsões de sociólogos e ativistas da *Internationale Situationniste*, a crítica da vida cotidiana alastrou-se no seio da juventude. Tal crítica era acompanhada de uma crítica aos meios de comunicação (sistema de radiotelevisão e imprensa), na medida em que esses adquiriam um papel crescente na organização da própria vida cotidiana. As tendências contraculturais ampliaram a crítica à “cultura de massa” propagada pela mídia.

Oriundos dessa geração, grupos de estudantes seguiram os mais diversos caminhos. Alguns firmaram suas convicções políticas e militantes, outros experimentaram a vida em comunidade (na cidade ou no campo), a psicanálise de grupo, a política do corpo, a macrobiótica, os alucinógenos, a volta à natureza, a ecologia, a emigração etc.

Partir para o exterior, especialmente para América Latina ou África, ou, ao contrário, permanecer no país de origem, isso era um dilema que muitos universitários politizados conheceram na época. Régis Debray havia dado o exemplo. Convidado em fim de 1965 por Fidel Castro por causa de um artigo publicado na revista *Les Temps Modernes*, ele se inseriu na organização da revolução na América Latina. Participou da guerrilha na Bolívia onde ficou preso a partir de 1967. Durante operações de contraguerrilha da mesma época, Che Guevara encontrou a morte. Entre jovens revolucionários franceses, havia divergências sobre a questão “Que fazer?”. Alguns, como Régis Debray, estavam na América Latina, outros, como Robert Linhart, discordavam. Segundo este militante, “o melhor reforço que os franceses podiam levar ao Terceiro Mundo era revolucionar a França” (Hamon & Rotman, 1987, p. 288).

Com o grande número de trabalhadores imigrados, especialmente de origem africana, grupos de militantes escolheram como bandeira a alfabetização e as lutas dessa categoria. Uma opinião da época era que o Terceiro Mundo também estava ali, na periferia das prósperas cidades.

Outros militantes, principalmente os que foram influenciados por idéias anarquistas, optaram pela vida em comunidades. No período pós-68, multiplicaram-se experiências comunitárias no campo ou na cidade. A vida coletiva se sustentava às vezes sem modificação da atividade profissional “normal” e, outras vezes, com ruptura mais radical. As comunidades pretendiam sobreviver por meio de atividades artesanais ou agropecuárias (por exemplo, tecelagem ou criação de ovelhas nos Alpes). Poucas comunidades conseguiram sobreviver, mas algumas ainda existiam em 1996. É o caso, por exemplo, da comunidade de Longo Maï na Provença, que se mantém graças a uma estrutura de solidariedade e a uma organização em cooperativas autogeridas em áreas de agricultura e turismo rural (cf. Carlander, 1996).

Nos anos 70, com a evolução da política internacional, com a situação na China e no sudeste asiático, apesar da vitória vietnamita sobre os forças americanas, muita gente perdeu o otimismo revolucionário dos anos 60.

Os grupos radicais de esquerda dividiram-se em uma constelação de grupúsculos. A maioria deles desapareceu. Na França, não houve, como na Itália e Alemanha, opção pela linha de luta armada, às vezes chamada “terrorismo”.

No final da década de 70, muitos “sobreviventes” ou “herdeiros” de 1968 ingressaram no fluxo social-democrata que acedeu ao poder em 1981, com François Mitterrand. Entre aqueles que não se perderam nas vias sem saída da marginalização, estão os que conseguiram novas maneiras de se manifestar no quadro da social-democracia. Os acenos dos políticos social-democratas presentes na manifestação do estádio Charléty no dia 27 de maio de 1968 só chegaram a se concretizar treze anos depois, aproveitando circunstâncias particulares, marcadas pelo desgaste da política de V. Giscard d’Estaing, que foi derrotado por F. Mitterrand nas eleições presidenciais de 1981.

Muitos ex-estudantes dissidentes foram “recuperados pelo sistema” ou pelas “coisas”, objetos e estilos de consumo criticados em 1968, mas assimilados, depois, segundo um processo que foi magistralmente descrito no romance *As Coisas* de Georges Pérec (1969). A volta a um novo tipo de conformismo passou pela descoberta das “delícias do consumo” (cf. Hamon & Rotman, 1987, p. 289).

No anos 70 e 80, foi divulgada uma interpretação pessimista quanto aos efeitos de Maio de 1968. Deixando para trás sua visão contestatária, muitos ex-militantes de “boa família” haviam acedido ao poder, ocupando cargos importantes na mídia, nos partidos, nas artes, literatura etc. (Heurtaux & Reverchon, 1984). Segundo R. Debray, Maio de 1968 foi absorvido pela mídia, a publicidade recuperou os slogans, os ex-revolucionários aderiram a um estilo de vida americanizado. Segundo a mesma linha de interpretação, “os pesquisadores-militantes, depois de terem sonhado içar a imaginação ao poder, contentando-se de pôr a sua própria a serviço do poder estabelecido, tornaram-se novos cães de guarda cujas capacidades de pesquisa no seio das massas se voltaram contra o corpo social para melhor controlar suas revoltas” (Molina, 1984). Na linha de R. Debray, a significação de Maio 68 não é de tipo revolucionário: foi apenas um momento de ruptura da sociedade francesa que permitiu a consolidação do capitalismo e a adesão da juventude ao modo de consumo e de vida de tipo americano (cf. Ferry & Renaut, 1985).

Ao lado desse tipo de interpretação, deve-se salientar que, no clima cultural do pós-1968, para certos grupos de estudantes e de jovens, surgiam novas formas de sensibilidade e de rejeição dos padrões culturais dominantes e tipos de autoridade. Isso manifestava-se como uma forma de “desvio”, em sentido psicossocial. Por trás desse desvio, é necessário enxergar a contestação das posições hierárquicas e a rejeição dos papéis sociais correspondentes. Isso podia ser observado em atitudes ou comportamentos. Formou-se uma nova sensibilidade relacionada com a rejeição de normas autoritárias da sociedade industrial, não somente no plano da política tradicional, de governo e ou da universidade, como no plano cultural e da vida quotidiana em geral, objeto de uma nova forma de politização. Houve uma modalidade de rejeição que, até mais ampla informação, não foi suficientemente investigada pelas ciências sociais.

Artistas e cineastas foram sensíveis a esse fenômeno; foi exaustivamente expressado em filmes do suíço Alain Tanner, por exemplo, *Charles mort ou vif* (1969), *La salamandre* (1971), e outros mais recentes. No início

dos anos 70, o espírito de maio 68 manifestou-se no cinema suíço (de língua francesa) no modo de mostrar a ruptura psicológica e política dos indivíduos contra o conformismo da sociedade (cf. Tanner, 1970).

Desvio, recusa, rejeição, tudo isso não chegava a formar uma doutrina. Não tinha coerência suficiente para chegar a constituir um coerente sistema de idéias. A crise de sociabilidade manifestou-se intensamente nas relações interpessoais. Foi rápida a tomada de consciência política dos estudantes não politizados antes dos acontecimentos de 1968. Estabeleceu-se uma relação conflituosa entre o indivíduo, o contexto institucional na universidade, na empresa, no sindicato, na família etc.

As formas de adesão a partidos ou outras organizações foram alteradas, inclusive no seio da militância política e sindical. A própria noção de militância chegou a ser questionada e entrou em declínio, especialmente a partir de 1970.

No mundo das artes, complementarmente à comunicação alternativa, houve em 1968, e nos anos seguintes, uma efervescência nunca vista antes em matéria de teatro, cinema e música.

O teatro de rua tornou-se uma atividade valorizada, às vezes influenciada pelo Living Theater, de Julian Beck, com grande divulgação, em várias praças da Europa, da peça *Paradise Now*. Outras formas foram influenciadas pelo teatro político de Brecht e por novas formas desenvolvidas por Ariane Mnouchkine, do *Théâtre du Soleil*, que se tornou famoso a partir dos anos 70. No festival de teatro de Avignon, maio de 1968 repercutiu na programação de eventos *off*, paralelos à oficial.

O cinema influenciado pelo espírito do maio foi um cinema que abordou temas políticos, situações de países do Terceiro Mundo, crise cultural e psicológica, como no caso do cinema suíço. Jean-Luc Godard abordou os temas da época, mas era geralmente criticado por diversas tendências militantes. Em matéria de cinema político e documentário, Chris Marker e o holandês Joris Ivens (1898-1989) eram as principais referências.

Maio 1968 teve forte incidência na área musical. O rock e a música anglo-americana dominavam as preferências das multidões de jovens dos anos 60. A militância tendia a ver nisso o efeito do imperialismo e da dominação da indústria cultural capitalista. Essa visão começou a mudar em 1969, com o surgimento de formas mais engajadas e o impacto de grandes festivais (Woodstock, Ilha de Wight), que transmitiam novas formas de protesto e novos estilos de vida. Também propagava-se o rock dito 'progressivo'.

Na mesma época, além do cancionário revolucionário de movimentos de vários países que foi redescoberto, houve uma revalorização da música de protesto e da canção francesa engajada, expressada, entre outras, pela cantora Colette Magny. Léo Ferré, poeta e cantor anarquista, rejuvenesceu em 1968 e, depois, introduziu guitarras elétricas para acompanhar seus delírios poéticos. De modo geral, a canção francesa de qualidade se desenvolveu no período pós-68, surgindo novos talentos, tais como Brigitte Fontaine, Areski, Catherine Ribeiro, Higelin etc. Mais tarde, houve a redescoberta do folclore e

das músicas regionais, especialmente de Bretanha e Ocitânia.

Dos EUA chegavam os ecos da revolta negra e de sua expressão musical conhecida então como *New Thing* ou *Free Jazz*, com, entre outros, os saxofonistas Archie Shepp e Albert Ayler. O estilo gritante dessa música teve grande impacto no meio estudantil francês. Em abril de 1968, foi organizado um concerto desse tipo de jazz em anfiteatro da Faculdade de Direito de Assas. Além de músicos americanos, havia grupos franceses. Um deles tocou uma peça improvisada, de título premonitório: "*Le 22 mars en été*". Posteriormente a Maio de 1968, a influência do jazz de vanguarda se acentuou, porém limitada a um público intelectualizado.

Ciências sociais e filosofia

Na década de 60, as ciências sociais, especialmente, sociologia, antropologia e filosofia, ficaram em evidência. Havia uma intensa atividade na Sorbonne, em Nanterre e em outras universidades. Bourdieu & Passeron (1964) haviam publicado *Les héritiers* sobre a vida estudante, e preparavam o famoso livro *La reproduction*, sobre os mecanismos seletivos do sistema escolar. Touraine desenvolvia a sociologia do trabalho, pensava a produção da sociedade pós-industrial (1968, 1969) e iniciava o estudo dos movimentos sociais, especialmente novos movimentos (estudantes, mulheres, ecologia etc.). Lefebvre (1968a) desenvolvia a sociologia urbana e a sociologia da vida quotidiana. Balandier discutia as questões de modernidade e tradição em antropologia e sociologia da descolonização (os países africanos sob domínio francês se tomaram formalmente independentes a partir de 1962). Naville e Friedmann dominavam a área de sociologia do trabalho. Chombart de Lauwe (1969) desenvolvia uma psicossociologia das aspirações. Em antropologia, reinava Lévi-Strauss, tido como mentor do estruturalismo. M. Godelier, com seu livro *Racionalidade e irracionalidade em economia*, começou a ser conhecido. Barthes era muito citado na área de semiologia e crítica literária. Baudrillard começou a ser conhecido.

Por sua vez, Raymond Aron (1968), fiel à sua imagem de sociólogo de direita, publicou *La révolution impossible*, dando continuidade a um livro anterior, *L'opium des intellectuels*, no qual criticava a intelectualidade de esquerda e seus mitos.

Os anos 60 foram marcados pelo auge do estruturalismo, movimento intelectual que, em filosofia, ciências sociais e psicanálise, pretendia alcançar um maior grau de cientificidade a partir da elucidação e, se possível, da formalização das estruturas invariantes que estão por trás dos discursos ou das atividades humanas. A idéia começou em lingüística, na qual vigorava a análise estrutural e a semiótica, alastrou-se em antropologia sob a influência de Claude Lévi-Strauss. A psicanálise foi "estruturalizada" por Jacques Lacan. O marxismo era objeto de uma releitura estruturalizante por parte de Althusser e seu grupo da ENS (1967b). Michel Foucault, em suas obras *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*, convergia para um tipo de análise considerado como estruturalismo, com sua con-

figuração teórica da qual o homem e o sujeito estavam ausentes. No entanto, Foucault nunca se considerou como expoente do estruturalismo.

Antes de 1968, o clima “estruturalista” desenvolvia-se, essencialmente, em torno das obras de Foucault, Lacan, Althusser, Derrida etc. Esses autores estavam envolvidos em grandes empreendimentos teóricos cuja trajetória não se relacionava estritamente com os acontecimentos de maio de 1968. Todos eles discutiam e reinterpretavam aspectos bastante abstratos do legado filosófico germânico dos séculos XIX e XX (Hegel, Marx, Nietzsche, Freud, Heidegger). Apesar da grande diversidade de abordagens, um ponto em comum que se discutia nos anos 60 era o anti-humanismo teórico (cf. Ferry & Renaut, 1985).

O estruturalismo se posicionava contra o existencialismo de J. P. Sartre, explicitamente definido como humanismo, que dominava o palco da filosofia francesa desde o início dos anos 50. Sartre, que desenvolveu posições a partir da fenomenologia, do existencialismo e de uma leitura de Heidegger e Marx, era criticado como humanista e pensador do sujeito ou da subjetividade. Os estruturalistas trabalhavam a partir de fontes filosóficas diversas, mas tinham em comum a crítica ao “homem” enquanto categoria filosófica e ao humanismo em geral. Uma frase muito pronunciada na época foi “*L’homme, connais pas*”.

A filosofia estruturalista pretendia alcançar um alto padrão de cientificidade. O expurgo dos temas humanistas era condição de acesso à construção de objetos científicos para o marxismo. Althusser (1967a; 1972) declarava que o marxismo não era um humanismo. As estruturas descobertas em *O capital* de Marx não deixavam lugar à valorização do homem ou do sujeito. O autor chegou a considerar o “desvio staliniano” como efeito do humanismo no marxismo. Segundo ele, o humanismo está sempre associado à ideologia burguesa. Muitos estudantes maoístas da ENS da rua de Ulm estavam sob influência de Althusser, mas “a liquidação do homem não impedia manifestação de simpatia para com o indivíduo Sartre” (cf. Hamon & Rotman, 1987, p. 263).

Em sua maioria, os estudantes que se revoltaram em 1968 não possuíam profunda leitura da filosofia estruturalista. Essa filosofia era abstrata, especulativa e afastada das exigências da ação. Por exemplo, a discussão althusseriana do corte epistemológico entre as obras de juventude e de maturidade de Marx, a discussão de Derrida sobre a diferença ontológica em Heidegger, a estrutura da linguagem do inconsciente em Lacan, a morte do homem em Foucault, todas essas temas remetiam a questões muito abstratas, longe dos problemas imediatos da universidade e dos movimentos sociais. As discussões filosóficas começaram antes de 1968 e continuaram depois, mas não foram muito influenciadas pelos acontecimentos. Além disso, novas questões emergiram desses acontecimentos – crítica à autoridade, dissidência, manifestação do desejo – contribuíram para limitar a discussão estruturalista a um exercício intelectual em círculos restritos.

Maio de 68 contribuiu para desatualizar o estruturalismo. É compreensível que um ideário centrado na morte do sujeito e na busca de invariantes nas estruturas da economia, da sociedade, do inconsciente etc., não podia ter grande utilidade entre os jovens, preocupados com movimento, a mudança, as barricadas etc.

Tradicionalmente, o filósofo é uma pessoa discreta que consagra sua vida ao mundo dos livros e ao silêncio da reflexão. Em 1968, grandes filósofos como Sartre e Foucault saíram às ruas, participando de manifestações. Filosoficamente, manifestaram maior preocupação com os problemas da época. No período pós-68, Sartre deu apoio, um momento, ao movimento maoísta *Gauche Prolétarienne* e Foucault interveio de modo direto em lutas a favor de presos, doentes mentais e outros marginalizados. Participou do GIP (*Groupe Information Prisons*).

No clima anti-humanista dos anos 60, marcado pelo eclipse do homem e do sujeito, os acontecimentos de 1968 tiveram como consequência o fato de recolocar à tona as questões do sujeito ou do indivíduo. O edifício estruturalista foi, de repente, perturbado pela volta do sujeito, com suas ações, seus desejos e outras características. Complementar ao sujeito, um “novo” conceito teórico surgiu: o desejo, desenvolvido, entre outros, por J. P. Dollé. O desejo está também presente em Deleuze e Guattari, que se encontraram pela primeira vez em 1968 e começaram a redigir *L'Anti-Oedipe. Capitalisme et schizophrénie*, publicado em 1972, iniciando um ciclo de obras que dominaram as décadas de 70 e 80.

Além dos filósofos mais consagrados, o período pós-68 foi marcado pelo surgimento de uma nova geração de filósofos, com André Glucksman, Bernard-Huvert Lévy etc. Nos anos 70, alguns membros dessa nova geração começaram a criticar o marxismo ortodoxo e, posteriormente, as outras formas de marxismo e também o racionalismo em geral. A partir de 1975, formaram um movimento de pensamento chamado “Nova Filosofia”. Essa tendência foi amplamente divulgada pela mídia e alimentou um ideário individualista, às vezes, conservador (cf. Colin, 1980).

De fato, a ruptura com o marxismo ortodoxo estava amplamente consumada, pois todo o movimento de maio de 1968 organizou-se em contraposição ao PCF. Os líderes estudantis eram pejorativamente chamados de *gauchistes* pelos dirigentes daquele partido. No plano das idéias gerais e, em particular, filosóficas, o marxismo ortodoxo divulgado pela URSS não encontrava mais audiência. O esmagamento do movimento da Primavera de Praga pelas tropas do Pacto de Varsóvia, no verão 1968, completou a ruptura. Esse modelo de marxismo não podia ser seguido pelas novas gerações. (Ninguém imaginava, todavia, que a URSS ia deixar de existir vinte e um anos mais tarde.)

Certas formas de anti-sovietismo não implicavam ruptura com o marxismo. Os trotskistas, maoístas e gramscianos apresentavam alternativas teóricas aos dogmas da URSS. Na década de 70, o trotskismo continuou como discurso anti-staliniano, mas com poucos avanços teóricos. Rapidamente, no início dos anos 70, o maoísmo ficou prejudicado pelas lutas de poder na China e as revelações acerca dos excessos cometidos em nome da Revolução Cultural. O gramscismo, por sua vez, teve um grande impacto entre os intelectuais, para repensarem seu papel na sociedade junto aos trabalhadores. No entanto, essa tendência não se deu uma organização conseqüente e foi vítima de uma retórica sobre os “intelectuais orgânicos” e o “bloco histórico”, que a tornou pouco operante.

A nova geração filosófica rompeu com as concepções marxistas de um

modo próximo à visão de R. Aron. O marxismo em geral foi responsabilizado pelas atrocidades do stalinismo. Na visão tradicional dos comunistas dos anos 60, a era Stalin tinha sido apenas um desvio relacionado com as dificuldades do socialismo em um único país e do confronto com o nazismo, mas isso não abalava a justiça da doutrina marxista-leninista. Os novos filósofos contestaram essa posição, culpando não somente Stalin, como também, Lênin, Marx, Engels, Hegel e outros pensadores do século XIX. No auge dessa contestação, entre 1975 e 1979, os novos filósofos davam razão a Soljenitsyne, na sua denúncia do Gulag e sua recusa do socialismo. Para a grande satisfação da intelectualidade de direita, Hubert-Bernard Lévy, André Glucksman e outros dessacralizaram as obras dos fundadores do marxismo. Para tanto, beneficiaram-se do amplo apoio da mídia e das grandes editoras. Os jovens dos anos 70 e 80 absorveram essa crítica que os afastou definitivamente da leitura do marxismo.

A nova geração filosófica pretendia romper não somente com o marxismo, como também com o iluminismo, o racionalismo etc. Foi um momento de volta ao irracionalismo de Nietzsche, anteriormente anunciada por Foucault. Esse momento de “nova filosofia”, em certos aspectos, foi o sinal precursor do que ia ser chamado, a partir dos anos 80, de pensamento “pós-moderno”. Não podemos dizer que os acontecimentos de 1968 são a causa desse movimento de pensamento, mas é claro que a ruptura de 1968 foi um momento significativo nas crises do pensamento ocidental das últimas décadas do século XX.

A partir do final da década de 70, Nietzsche, autor de referência, foi adaptado ao estilo parisiense e considerado como precursor do pós-modernismo. Por sua vez, o estruturalismo deixou de ser referência obrigatória, mas parte de suas posições foram absorvidas pelo pós-modernismo. Hoje, Foucault, Lyotard e Derrida são considerados como formuladores da pós-modernidade e estão sendo “absorvidos” pela filosofia pós-moderna norte-americana (cf. Grenz, 1997).

De categoria filosófica abstrata, o sujeito passou a ser entendido como categoria psicológica, social e política, de modo individual e coletivo. De modo individual, o sujeito remete a uma busca de identidade, de prazer ou de responsabilidade pessoal em diversas situações de vida. A visão individualista corresponde a uma forma exacerbada de encarar o indivíduo, sua moral, seu comportamento de consumo ou de procura do prazer, seu papel na sociedade, com desinteresse por causas sociais etc. O sujeito coletivo, por sua vez, remete ao proletariado, à classe, ao grupo, enfim, ao ator social capaz de mobilizar-se, organizar-se e desencadear acontecimentos históricos. Os estruturalistas e os que vieram depois negavam a capacidade transformadora da sociedade pelo sujeito coletivo.

Aparentemente, o individualismo cresceu a partir do final da década de 60, contribuindo para uma mudança cultural da juventude que se afastou do ideário socialista e tornou-se favorável, em parte, ao liberalismo. Mesmo durante os quatorze anos do regime mitterrandista, o individualismo não se limitou à esfera do pensamento filosófico, entrou no quadro de referência pessoal das condutas, no caso, condutas de desengajamento.

Como já mencionamos, uma outra categoria psicológica e filosófi-

ca foi popularizada no pós-68: o desejo. A afirmação do desejo difundiu-se como modo individualista de viver, minimizando os tabus e repressões no contexto da sexualidade.

Do ponto de vista do conhecimento, é interessante observar a relação entre o mundo das idéias abstratas e o mundo dos acontecimentos sociais e da vida real (rua, família, escola, fábrica etc.). O mundo da idéias parece lento, mas as reviravoltas são bruscas e inesperadas. Em 1968, a “lentidão” do pensamento parecia associada ao fato que a maioria dos pensadores da época ainda estavam a destilar o pensamento alemão do século XIX e início do século XX. De repente, os acontecimentos produziram uma aceleração extraordinária, com grande reviravolta: do marxismo e da análise de modos de produção passou-se, com rapidez, ao desejo e a outros temas individualizantes. Estudos de sociologia do conhecimento poderiam mostrar com maior evidência, de um lado, os efeitos dos acontecimentos sobre o pensamento e, por outro, do pensamento sobre os acontecimentos. Ainda seria interessante, sobre a questão do desejo, conhecer sociologicamente quem (categorias sociais) está desejando o quê (objetos sociais).

Yves Barel analisou formas do individualismo e da autonomia que se espalharam a partir de 1968 nos campos econômico, político e cultural e em novos tipos de marginalidade (cf. Barel, 1982 e 1984). Gilles Lipovetsky analisou o individualismo nas artes e na vida cotidiana, que se manifesta em comportamentos narcisistas e caracteriza a formação da pós-modernidade (cf. Lipovetsky, 1983). Esse novo individualismo foi objeto de discussão em Ferry & Renaut (1985) e, no Brasil, em Cardoso (1989).

A ênfase no individualismo pós-moderno foi, no entanto, criticado por autores como C. Castoriadis: *“o indivíduo livre, soberano, autártico, substancial não é muito mais, na maioria dos casos, que uma marionete cumprindo espasmodicamente os gestos que lhe impõe o campo social-histórico: ganhar dinheiro, consumir e ‘gozar’ (se conseguir...). Supostamente ‘livre’ de dar a sua vida o sentido que ele ‘quer’, ele lhe ‘dá’, na esmagadora maioria dos casos, apenas o ‘sentido’ já difundido, isto é, o não-senso do indefinido aumento do consumo. Sua ‘autonomia’ volta a ser heteronomia, sua ‘autenticidade’ é o conformismo generalizado que reina a nosso redor”* (Castoriadis *apud* Vogel, s. d.).

Como podemos observar, as idéias de 1968 são o prelúdio de transformações profundas no mundo das ciências sociais e da filosofia. O debate não está encerrado.

Considerações finais

“Um projeto de pesquisa é como um projeto de vida”, dizia um velho professor. Maio de 68 marcou quem quis fazer da vida um projeto de pesquisa. Em qualquer projeto de pesquisa é possível ver, às vezes nas entrelinhas, atitudes profundas de seus autores. Projetos de caráter emancipatório, metodologia de pesquisa participativa e outros objetivos ou métodos voltados

para a conscientização popular ganharam espaço depois de 1968, dentro de um ideal de ciência compromissada com os atores da realidade e seus problemas. Isso não deve ser confundido com a velha atitude “iluminista”. Nas ciências sociais, esse momento representou uma profunda ruptura no plano da metodologia e da concepção de ciência.

Muitas discussões de maio de 1968 giravam em torno da educação e da comunicação. Ambas estiveram no centro das atenções desde aquela época. De um lado, havia crise profunda no sistema de ensino tradicional, com violenta contestação estudantil e procura de experiências alternativas (“contracursos”, “universidade crítica” etc.). Por outro lado, manifestava-se a vontade de se estabelecer novas formas de comunicação entre estudantes e trabalhadores, inclusive recorrendo a “novos” canais de divulgação das idéias, como, por exemplo, por meio das tentativas de Universidades Populares.

Os acontecimentos de Maio 1968 mostraram que as transformações educacionais, comunicacionais e sociais desencadeiam-se sob pressão do movimento de base e com antecipação ativa de grupos de estudantes ou trabalhadores. As reformas planejadas de cima para baixo são lentas e ineficazes.

Além do objetivo de tomada de poder, em sentido convencional, criou-se um espaço para uma ação cultural nas instituições, contra diversas formas de autoritarismo. Surgiram elementos de estética e uma contra-cultura favorável à visão ecológica (cf. Boochkin, 1978). A crítica ao mundo industrial (industrialismo) gerada pela revolta formou uma base de pensamento que se desenvolveu nos posteriores movimentos ecológicos ou partidos verdes. O próprio itinerário de Cohn-Bendit e de muitos outros confirma isso. O ex-líder do *Mouvement du 22 mars* é militante do Partido Verde alemão (*Die Grünen*) desde 1984 e foi eleito deputado do parlamento europeu em 1994 (cf. *Biographie*, s.d.). Sua evolução e seu posicionamento continuam coerentes.

Em 1968, cresceu a desconfiança para com as autoridades e hierarquias em diversas instituições, especialmente nas universidades e centros de pesquisa. Havia uma crítica ao conteúdo do ensino, aos métodos de didática e de pesquisa. No imediato pós-maio 68, muitos cursos de marxismo e de matérias de conteúdo crítico foram implantados. Havia uma ampla sensibilização aos problemas do adiestramento. A crítica aos condicionamentos valia tanto na área de educação (crítica à pedagogia autoritária), como na de comunicação (crítica à linguagem da mídia).

No caso dos estudantes do IEDES, voltado para os problemas do Terceiro Mundo, houve um acirramento da crítica das concepções do desenvolvimento, da política francesa na África e da política americana no sudeste asiático e na América Latina. Menciona-se de passagem que, mais tarde, nos anos 70, as novas gerações de alunos que ingressaram na Universidade exigiam, no conteúdo do ensino, menos marxismo, menos crítica e mais instrumentos.

A velha idéia de autogestão, formulada inicialmente por anarquistas, ganhou a partir de 1968 uma ampla aceitação como proposta de gestão de empresas ou cooperativas e, também, no campo das práticas educacionais, na

investigação social, na formulação de reivindicações e na conduta de movimentos grevistas. A autogestão se apresentou como modelo de gestão social da produção e como sistema político alternativo à ditadura do proletariado, até então admitido como dogma pelo movimento comunista.

As novas formas espontâneas de ação, como ocupação dos locais de poder, por exemplo, escritório de diretorias, foi uma prática adotada por grupos militantes em universidades e empresas. Antes de 1968, parecia difícil praticar ações de tanta ousadia para exigir respostas imediatas dos diretores e evitar subterfúgios.

Para muitos estudantes da geração 68, os acontecimentos e o contexto geral da época foram propícios à aquisição de uma concepção de vida diferente, um olhar, uma independência para com as doutrinas e hierarquias estabelecidas. Inclusive nas artes, jovens procuravam expressar algo diferente, estabelecendo relações com movimentos populares e desafiando vários tipos de poder. Nos estudos, adquiriram uma estrutura de relevância diferente do saber acadêmico tradicional. Na pesquisa social e na educação, procurava-se um novo ideário metodológico capaz de dar outra relevância aos fatos e de estabelecer uma participação entre os interessados, ou forma de atuação prática e permanente.

No meio estudantil, o clima cultural pós-1968 foi marcado por uma forma de “alergia” aos fatos de autoridade e havia, até certo ponto, negação de qualquer forma de liderança. Isso levou alguns a um comportamento “descritivo”, isto é, orientado para analisar os fatos, mas com enfraquecimento do papel de ator. As idéias não podiam ser usadas para influenciar ou oprimir os outros. Com esse argumento, houve uma forma de retraimento, que deixou espaço a ativistas de outro tipo, que eram mais oportunistas, manipuladores ou arrivistas.

A partir de 1969, entre os estudantes que conhecíamos, manifestou-se maior sensibilidade por assuntos educacionais, agudizados pelas frustrações geradas pelo sistema universitário vigente. No início dos anos 70, no que temos percebido, o sentimento prevalecente, entre participantes do movimento, era de não ter feito o suficiente, de ter perdido muitas oportunidades ou deixado de formular projetos mais ambiciosos. Posteriormente, durante vários anos, para aqueles que se engajaram na vida universitária, o essencial era conseguir sobreviver, de um lado, sem cair nas loucuras individuais e coletivas nas quais muita gente de 1968 acabava se precipitando e, por outro lado, sem sair pela porta da facilidade, da concessão ou acomodação. A perseverança era necessária, assim como certa indiferença para com os aspectos negativos da vida cotidiana e a falta de estímulo do meio circundante.

Além de seus excessos, de suas ilusões ou confusões, o movimento de maio de 1968 incentivou, em muitos lugares do mundo, a crítica coletiva do conhecimento “inadequado”, aquele que só é capaz de justificar o *statu quo*. Em 1968, lia-se a crítica ao “homem unidimensional”, endereçada por Marcuse ao conhecimento moldado pela dominação capitalista. Hoje, trinta anos depois de 1968, o mundo é bastante diferente. A cultura valoriza mais o individualismo. O socialismo se tornou assunto pouco estudado e, aparentemente, não existe mais

contestação por parte de estudantes universitários. As técnicas de gestão e o ideário do neoliberalismo ou da globalização são vistos como mais importantes que o conhecimento crítico. Isso corresponde ao chamado “pensamento único”, especialmente em economia, que pretende excluir qualquer alternativa. Um grande desafio para o conhecimento crítico seria justamente poder considerar como alvo principal a “desconstrução” desse “pensamento único”. Tanto na universidade como fora dela seria então possível imaginar novas alternativas de ensino crítico e de pesquisa que pudessem aproximar alunos e docentes de problemas reais vividos pela grande maioria da população.

Recebido para publicação em agosto/1998

THOLLENT, Michel. Paris, May 1968: witness of a student. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 63-100, October 1998.

UNITERMS:

**May 1968,
complaint,
student's movement,
social crisis,
university.**

ABSTRACT: This article aims to present the happenings occurred in France in May 1968 and its consequences in the intellectual and university world. The topics are the context of the university crises, the forms of student's complaint against the teaching of Social Sciences and Economy and the intellectual sources of the movement. Based on unpublished documents, many experiences of alternative communication are described and the relationship between students and employees during the happening and even an attempt to make a Popular University in the 13rd district of Paris, from July to October 1968, as well. Some aspects of the debates and the evolution of the Social Sciences and the Philosophy post 68 are analysed. This period was remarked by the crises of the socialist set of ideas and the growth of the individualism.

Anexo 1

Em 1997 e 1998, na França, foram publicados várias dezenas de novos livros sobre os acontecimentos de 1968, ou suas conseqüências, que não puderam ser incorporados no presente trabalho. Entre os principais:

AURON, Y. (1998) *Les juifs d'extrême gauche en mai 68*. Paris, Albin Michel.

CARON, G. (1998) *Mai 68, le journal*. Paris, Calmann-Lévy.

CORBIN, A. & MAYEUR, J. M. (1998) *La Barricade*. Paris, Publications de la Sorbonne.

FAURÉ, C. *Mai 68, jour et nuit*. Paris, Gallimard “Découvertes”, 350.

FOCCART, J. (1998) *Le Général en Mai*. Journal de l'Elysée – II, 1968-1969. Paris, Fayard/Jeune Afrique.

GALLANT, M. (1998) *Chroniques de Mai 68 (The events in may: a Paris notebook)*. Paris, Rivages-Poches.

JOFFRIN, L. (1998) *Mai 68, une histoire du mouvement*. Paris, Points/Seuil.

- JONQUET, T. (1998) *Rouge c'est la vie*. Paris, Seuil.
- LAVABRE, M. C. & REY, H. (1998) *Les mouvements de 1968*. Paris, Casterman/Giunti.
- LE GOFF, J. P. (1998) *Mai 68, l'héritage impossible*. Paris, La Découverte.
- LE MONDE. (1998) *68: une révolution mondiale*. Paris, Le Monde-Boutique, CD-ROM.
- _____. (1998) *Mai 68-98*. Cahier spécial, 02/mai.
- MAGAZINE LITTÉRAIRE. (1998) *Éloge de la révolte*, mai.
- RAJSFUS, M. (1998) *Mai 68 sous les pavés, la répression*. Paris, Le Cherche Midi.

Anexo 2 - Documentos recuperados

I – Experiência da *Université Populaire du 13ème* (julho-outubro de 1968)

1) Cadernos:

Cahiers de l'Université Populaire du 13ème, nº 1, 12 p. (mimeo).

Cahiers de l'Université Populaire du 13ème, nº 2, 19 p. (mimeo).

Esses cadernos escritos por estudantes contêm artigos sobre diversos temas, tais como, participação gaullista, via parlamentar, via revolucionária, autogestão como forma de luta etc.

2) Panfletos da Universidade Popular do 13º e material de divulgação:

Propositions pour une Université Populaire (IEDES) 27/06/68.

Université Populaire dans le 13ème, ouverte à tous, 04/07/68.

Université Populaire du 13ème, 11/08/68.

Université Populaire du 13ème, 01/09/68.

3) Documentos de trabalho:

Quelques indications pour une nouvelle méthode de travail. Agosto/1968, 8 p. (mimeo).

Projet d'enquête ouvrière. 07/10/68. 5 p. mimeo.

4) Panfletos de Comitês de Ação (maio-outubro de 1968):

Comité d'action XIII. *Base politique*. 25/05/68.

Comité d'action XIII. *Pourquoi luttons-nous*.

La démocratie bourgeoise se démasque.

Unité à la base ou fascisme.

La lutte s'organise.

La lutte continue.

5) Outros panfletos:

Université d'Été Critique. *Commission Tiers-Monde*.

Comité de base CESCO. *Qui croire? Qu'en pensez-vous?*

II – Documentos da Associação dos Estudantes do IEDES

UNEF/FGEL/AIEDES. Rapport d'orientation de la liste présentée en A. G. d'élection du groupe d'étude, le 25 Janvier 1968, 8 p.

UNEF/FGEL/AIEDES. Copie de la lettre de démission de M. Charles Bettelheim à M. François Perroux, 29/10/1964. (Divulgada em 1967).

UNEF/FGEL/AIEDES. Où va l'Institut? – Fev/1968, 22 p.

AE-IEDES. Rapport du Bureau de l'Association, 16/05/1968, 3 p.

- AE-IEDES. Rapport d'orientation, 28/05/1968, 3 p.
Comité de grève, IEDES. Bref historique de l'occupation des locaux par les étudiants, 09/06/1968, 2 p.
Charte de l'IEDES, Mai 1968, 5 p.
Finalité de l'enseignement et de la recherche de l'IEDES, 2 p.
Proposition de reformulation des programmes, 4 p.

Anexo 3 - Maio de 1968 na Internet

A Internet permite o acesso imediato a informações relacionadas com todos os assuntos imagináveis. No caso de Maio de 1968, existem diversos *sites* e páginas organizados por pessoas ou grupos que participaram dos acontecimentos ou instituições de pesquisa social ou histórica e que estão estudando seus desdobramentos. Para procurar essas informações basta usar palavras-chave nos sistemas de busca de Alta Vista, Yahoo, Lycos, Open Text, entre outros. Palavras-chaves, como “*mai 1968*”, “*mouvement de mai*”, “*Cohn-Bendit*”, “*Internationale Situationniste*”, “*Debord*”, “*Herbert Marcuse*”, “*contestation étudiante*”, trazem uma longa lista de artigos e informações que, muitas vezes, se referem aos acontecimentos.

Alguns endereços eletrônicos:

- CHRONOLOGIE DE MAI 1968. <<http://homer.span.ch/spaw2154/chrono.htm>>
MAXIMES DE MAI. <<http://homer.span.ch/spaw2154/maxi.htm>>
COHN-BENDIT. D. Biographie. Online Eurpospeed. <<http://www.oeko-net.de/eurospeed/dcbfranz.htm>>
INTERNATIONALE SITUATIONNISTE. De la misère en milieu étudiant. Manifesto redigido por Mustapha Khayati e publicado na Universidade de Estrasburgo pela UNEF em 1966. O texto está atualmente disponível no <<http://www.nothingness.org/SI/journalfr/misere.html>>
DEBORD, G. La société du spectacle. (1967) <http://www-bio.univ-mrs.fr/~bech/d_spec/>
DEBORD, G. Philosophe, sociologue, stratège ou poète? <<http://www.worldnet.net/~mannoni/debord.html>>
MAIO DE 68: A IMAGINAÇÃO AO PODER. (1997) Cartazes e cartoons. <<http://www.de.utad.pt/~fgouveia/maio68/maio68.html#cart1>>. Nesse *site* de Portugal existe uma excelente coleção de cartazes franceses de Maio 1968. Em página anexa, encontra-se uma longa lista de slogans, em edição bilíngüe.
VANEIGEM, R. (1967). *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*. Disponível em <http://www-biol-univ.mrs.fr/~bech/d_traite/index.html> O mesmo autor possui várias outras obras acessíveis pela Internet na íntegra.
DIALECTIQUES é o nome de um *site* em que é possível encontrar bibliografia das obras de Marcuse e comentários <<http://www.chez.com/patder/bibmarc.htm>>
Sobre as questões do individualismo contemporâneo, o filósofo Gilles Lipovetsky é objeto de muitas informações, por exemplo, na página: LIPOVETSKY, G. *La spirale de l'individualisme*. <<http://im.edfgdf.fr/im/html/fr/bib/bic29/14.htm>>

Questões atuais do marxismo são tratadas no *site* Actuel Marx que reúne vários grupos de estudo e revistas. O *Congresso Marx Internacional II* será organizado em setembro e outubro de 1998. <<http://www.u-paris10.fr/ActuelMarx/programm.htm>>

Sobre o pensamento único (*pensée unique*) dos anos 90, existem muitas informações em *sites* dos jornais *Le Monde Diplomatique* e *L'Humanité*, por exemplo: <<http://www.monde-diplomatique.fr/md/1995/01/edito.fr.html>>, <<http://www.humanite.presse.fr/journal/96/96-10/96-10-22-048.html>>.

Siglas e acrônimos

ACSES: Association pour la Critique des Sciences Économiques et Sociales

CGT: Confédération Générale des Travailleurs

CRS: Compagnie Républicaine de Sécurité

ENS: École Normale Supérieure

EUA: Estados Unidos de América

IEDES: Institut d'Étude du Développement Économique et Social

IS : Internationale Situationniste

JCR: Jeunesse Communiste Révolutionnaire

ORTF: Office de Radio Télévision Française

PCF: Parti Communiste Français

UEC: Union des étudiants communistes

UNEF: Union Nationale des Étudiants de France

URPE: Union of Radical Political Economy

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSES. (1974) *Bulletin*, 3, jan.

_____. (1975) *Bulletin*, 13, mai.

ALTHUSSER, L. (1967a) *Pour Marx*. Paris, François Maspero.

_____. & RANCIÈRE, J. & MACHÉREY, P. (1967b) *Lire le capital*. Tome I. Paris, François Maspero.

_____. (1972) *Réponse à John Lewis*. Paris, François Maspero.

ARON, R. (1968) *La révolution introuvable*. Paris, Gallimard.

ATTALI, J. & GUILLAUME, M. (1974) *L'anti-économique*. Paris, PUF.

BAREL, Y. (1982) *La marginalité sociale*. Paris, PUF.

_____. (1984) *La société du vide*. Paris, Seuil.

BENSAÏD, D. & WEBER, H. (1968) *Mai 1968: une répétition générale*. Paris, François Maspero.

BETTELHEIM, B. (1964) *Social change and prejudice, including dynamics of prejudice [by] Bruno Bettelheim and Morris Janowitz*. New York, Free Press of Glencoe.

- BOOCHKIN, M. (1978) *Por una sociedad ecológica*. Barcelona, Gustavo Gili.
- BOSC, S. & BOUGUEREAU, J. M. (1968) O movimento dos estudantes berlinenses. Um precedente. In: _____ & GAVI, P. (1968) *A crise européia: revolta ou revolução?* Rio de Janeiro, Degrau Promoções.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. (1964) *Les héritiers*. Paris, Minuit. Trad. espanhola: *Los estudiantes y la cultura*. Barcelona, Editorial Labor, 1967.
- CAPALDI, N. (org.). (1974) *Da liberdade de expressão*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CARDOSO, I. A. R. (1989) Maio de 1968: o advento do individualismo e da heteronomia. *Tempo Social*, São Paulo, 1(1): 235-246.
- CARLANDER, I. (1996) *Coopérer, changer la vie*. Les irréductibles de Longo Maï. <http://www.mit.edu/people/dror/londror.html>
- CHOMBART DE LAUWE, P. H. (1969) *Pour une sociologie des aspirations*. Paris, Denoël.
- COHN-BENDIT, D. et alii. (1968) *A Revolta estudantil*. Rio de Janeiro, Editora Laudes.
- _____. *Biographie*. (s.d.) Online Eurpospeed. <http://www.oeko-net.de/eurospeed/dcbfranz.htm>
- COLIN, P. (1980) Os “Novos Filósofos” – sua relação com o marxismo e com o estruturalismo. *Reflexão*, Puccamp, Campinas, 16: 5-26.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1972) *L'Anti-Oedipe. Capitalisme et schizophrénie*. Paris, Éditions de Minuit.
- DEBORD, G. (1972) *A sociedade do espetáculo*. Lisboa, Afrodite.
- DOCUMENTATION FRANÇAISE. Chronologie des évènements de mai-juin 1968. *Notes et Études Documentaires*, 3722-3723.
- DUMAZEDIER, J. (1973) *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva.
- DUTEUIL, J. P. (1988) *Nanterre 1965-68: vers le mouvement du 22 mars*. Mauléon, Acratie.
- ENTHOVEN, J. P. (1974) Les précurseurs allemands de mai 1968. *Le Nouvel Observateur*, 9/11/1974, p. 72-73.
- ÉTUDES. <http://www.phosphore.com/french/lexique/lexique_etudes.html>
- FERRY, L. & RENAUT, A. (1985) *La pensée 68. Essai sur l'anti-humanisme contemporain*. Paris, Gallimard. Trad. bras.: *Pensamento 68*. São Paulo, Ensaio, 1989.
- GOLDMAN, P. (1975) *Souvenirs obscurs d'un juif polonais né en France*. Paris, Seuil.
- GOMBIN, R. (1971) *Les origines du gauchisme*. Paris, Seuil.
- GRAMSCI, A. (1959) *Oeuvres choisies*. Paris, Éditions Sociales.

- GRENZ, S. J. (1977) *Pós-modernismo. Um guia para entender a filosofia do nosso tempo*. São Paulo, Vida Nova.
- HAMON, H. & ROTMAN, P. (1987) *Génération. Les années de rêve*. Paris, Seuil.
- HEURTAUX, M. & REVERCHON, O. (1984) Où étaient-ils en Mai? *Les Nouvelles*, 3-10/mai, p. 80-83.
- HILL, R. C. & SHAPIRO, B. J. (1978) Training the radical researcher. A course on bibliographic methods for document research. *The Insurgent Sociologist*, VIII: 51-63.
- INTERNATIONALE SITUATIONNISTE. (1966) *De la misère en milieu étudiant*. <http://www.nothingness.org/SI/journalfr/misere.html>
- LA RÉFORME DU SYSTÈME D'ENSEIGNEMENT EN CHINE. (1969) *Supplément à Chine Aujourd'hui*, 13.
- LAING, R. (1969) *La politique de l'expérience*. Paris, Stock.
- LAPASSADE, G. (1963) Psychologie et politique. *Recherche Universitaire*, 4-5: 75-85.
- LE BOTERF, G. (1970) Une expérience d'autogestion dans la formation. *Autogestion et Socialisme*, 13-14: 111-121.
- _____. (1974) *Formation et autogestion*. Paris, ESF/EME.
- LEFEBVRE, H. (1968a) *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris, Gallimard.
- _____. *et alii*. (1968b) *Irrupção, a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*. São Paulo, Documentos.
- LINHART, R. (1980) *A greve na fábrica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIPOVETSKY, G. (1983) *L'Ère du vide. Essai sur l'individualisme contemporain*. Trad. port.: Lisboa, Relógio d'Água, 1989. Paris, Gallimard. (Folio-Essais, 1993).
- MACCIOCCHI, M. A. (1974) *Pour Gramsci*. Paris, Seuil.
- MAINGUENEAU, D. (1976) *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris, Hachette-Université.
- MAIO DE 68: A IMAGINAÇÃO AO PODER (1997a). *Cartazes e cartoons*. <http://www.de.utad.pt/~fgouveia/maio68/maio68.cart1.html>
- MAIO DE 68: A IMAGINAÇÃO AO PODER (1997b). *Cartazes e cartoons*. <http://www.de.utad.pt/~fgouveia/maio68/maio68.slog.html>
- MAO TSÉ-TOUNG. (1967) *Quatre essais philosophiques*. Pekin, Éditions en Langues Etrangères.
- MARCUSE, H. (1968) *L'homme unidimensionnel*. Paris, Éditions de Minuit.
- MAUPÉOU-ABBOUD, N. de. (1974) *Ouverture du ghetto étudiant. La gauche étudiante à la recherche d'un nouveau mode d'intervention politique (1960-1970)*. Paris, Anthropos.

- MOLINA, G. (1984) Les révisionnistes de l'après-Mai. *Les Nouvelles*, 3-10/ mai.
- MORIN, E. & LEFORT, C. & COUDRAY, J.-M. (1968). *La Brèche. Premières réflexions sur les événements*, Paris, Fayard, mai.
- OSIER, J.-P. (1976) *Thomas Hodgskin. Une critique prolétarienne de l'économie politique*. Paris, François Maspero.
- PÉREC, G. (1969) *As coisas*. São Paulo, Nova Crítica.
- PERROUX, F. (1969) *François Perroux interroge Herbert Marcuse... qui répond*. Paris, Aubier-Montaigne.
- PORTELLI, H. (1972) *Gramsci et le bloc historique*. Paris, PUF.
- POULANTZAS, N. (1968) *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*. Paris, François Maspero.
- QUADERNI ROSSI. (1968) *Lutas ouvrières et capitalisme d'aujourd'hui*. Paris, François Maspero.
- RIBEIRO, D. (1969) *A universidade necessária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ROBIN, R. (1977) *História e lingüística*. São Paulo, Cultrix.
- ROUQUETTE, M. L. (1975) *Les rumeurs*. Paris, PUF.
- SCHWARTZMAN, S. (1981) *Ciência, universidade e ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 99-103.
- TANNER, A. (1970) *Charles mort ou vif. L'Avant Scène-Cinéma*, 108.
- THIOLENT, M. (1980) *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo, Polis.
- TOURAINÉ, A. (1968) *Le Mouvement de Mai ou le communisme utopique*. Paris, Seuil.
- _____. (1969) *La société post-industrielle*. Paris, Denoël.
- TOURNIER, M. et alii. (1975) *Des tracts em mai 1968: analyse de vocabulaire et de contenu*. Paris, Armand Colin.
- VAILLANCOURT, P. (1979) Le marxisme empirique dans les pays de l'Ouest, *Cahiers du Socialisme*, Montréal, 4: 108-179.
- VANEIGEM, R. (1967) *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*. <http://www-biol-univ.mrs.fr/~bech/d_traite/index.html>
- VOGEL, J. *Résister à l'insignifiance et au conformisme*. <<http://www.inti.be/cesep/vogels.htm>>
- WRIGHT MILLS, C. (1967) *L'imagination sociologique*. Paris, François Maspero.